



TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 198

"A INTEGRAÇÃO DAS AMÉRICAS
POR QUÊ? PARA QUEM? QUANDO?
COMO?"

Roberto C. de Albuquerque

Outubro de 1990

Livros Grátis

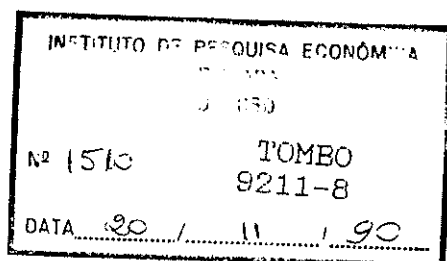
<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Tiragem: 100 exemplares

Trabalho concluído em agosto de 1990

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
Coordenadoria Regional do Rio de Janeiro
Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 13^o/17^o andares
Rio de Janeiro/RJ
20020



Este trabalho é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor. As opiniões nele emitidas não exprimem necessariamente o ponto de vista do Ministério de Economia, Fazenda e Planejamento.

A INTEGRAÇÃO DAS AMÉRICAS: POR QUÊ? PARA QUEM? QUANDO? COMO?

Roberto C. de Albuquerque*

- I. INTRODUÇÃO
 - II. O CONTEXTO: UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO
 - III. OS PRESSUPOSTOS DA INTEGRAÇÃO
 - IV. UM INSTANTÂNEO DAS AMÉRICAS
 - IV.1 A Perspectiva Geopolítica: Um Continente Insulado
 - IV.2 A Perspectiva Econômico-Social: Desproporção e Desigualdade
 - IV.3 A Perspectiva Histórico-Cultural: O Novo e o Velho Ocidente
 - V. A VIABILIDADE DA INTEGRAÇÃO
 - VI. UMA ESTRATÉGIA PARA A INTEGRAÇÃO
 - VII. CONCLUSÃO
- ANEXO. AS AMÉRICAS: PAÍSES, TERRITÓRIOS, DEPENDÊNCIAS E REGIÕES

* Do IPEA-RIO.

I. INTRODUÇÃO

Em recente pronunciamento,¹ o Presidente dos Estados Unidos, George Bush, anunciou, aos demais países do Continente, o que ele próprio chamou de "Iniciativa para as Américas".²

Trata-se de arrojada proposta de integração pan-americana que se fundamenta no reconhecimento de ser a economia de mercado a chave para o progresso e a democracia e que estabelece, como objetivo de longo prazo, uma zona de livre comércio estendendo-se do Alasca à Terra do Fogo.

Os três pilares do projeto norte-americano são a expansão do comércio entre os países do Hemisfério, a ampliação dos investimentos ao sul do Rio Grande e a redução da dívida externa da América Latina e do Caribe.

A expansão do comércio deverá ser alcançada:

1 - através do estabelecimento, já no corrente ano, no âmbito da Rodada Uruguai (GATT), de regras claras e consensuais de livre e justo comércio como o caminho mais eficaz para a promoção comercial intracontinental (com este propósito, os Estados Unidos se empenharão para reduzir, mais fortemente, as tarifas que impõem à importação de produtos de especial interesse da América Latina e do Caribe);

2 - pelo reforço da tendência, já manifesta em quase todo o continente, de abertura econômica, tendo como objetivo último um sistema de livre comércio interligando as três Américas (para tanto, os EUA estão desde já preparados para celebrar acordos de livre comércio com a América Latina e o Caribe, particularmente com grupos de países associados entre eles, para a remoção de barreiras protecionistas — ainda que reconheçam que esse objetivo não será alcançado da noite para o dia e que transformações tão radicais podem demandar anos de preparação e duras negociações).

A ampliação dos investimentos, por sua vez, envolverá:

¹The Enterprise for the Americas Address. The White House East Room. June 27, 1990 (fax).

²De acordo com suas próprias palavras, "The new enterprise for the Americas Initiative".

1 - a redução da excessiva regulamentação estatal que estrangula a iniciativa empresarial, nacional e estrangeira, ao sul do Rio Grande (um verdadeiro labirinto burocrático) — para o que é básica uma reforma institucional estimuladora de novos investimentos produtivos e que enseje ao capital internacional participação e lucro em mercados verdadeiramente competitivos;

2 - a criação de incentivos financeiros aos novos investimentos, para o que os EUA deverão:

a) mediante entendimentos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, criar um novo esquema de financiamento para países que adotarem medidas para remover obstáculos aos investimentos estrangeiros (mecanismo que poderá contar com a participação do Banco Mundial — BIRD);

b) instituir um novo fundo de investimentos para as Américas, também administrado pelo BID, com orçamento anual de até US\$ 300 milhões, para financiar, com recursos não-reembolsáveis (grants), reformas nos mecanismos nacionais de investimento orientados para o mercado e esforços de privatização.

Com vistas à redução da dívida externa — cuja pesada carga cria um clima desfavorável aos investimentos — além do Plano Brady, o Presidente George Bush propõe:

1 - que o BID, juntamente com o BIRD e o FMI, apoiem a redução da dívida da América Latina e do Caribe junto aos bancos internacionais privados, a qual deve ser obtida concomitantemente com as necessárias reformas econômicas, nos países devedores;

2 - significativa redução da dívida oficial desses países com os EUA (para aqueles que adotaram importantes medidas de modernização econômica, sob a supervisão de organismos internacionais);

3 - a conversão da dívida comercial com os EUA em ações ou sua utilização no financiamento de programas de preservação ambiental nos países endividados.

As reações dos demais países do Hemisfério à Iniciativa para as Américas oscilaram, até o presente, entre o apoio formal porém pouco entusiasmado da maior parte dos governos, a prudente cautela das elites empresariais e políticas e a desconfiada suspeita de boa parte da intelligentsia continental (afastada, obviamente, a esperada e sistemática oposição de alguns ao que consideram, com dogmática convicção, mais uma investida do imperialismo norte-americano).

Essas atitudes, no geral reticentes, afiguram-se, contudo, mais promissoras do que o aplauso fácil, tão eufórico quanto inconseqüente. Elas estariam a indicar mais maturidade, ensejando um tempo para reflexão e — talvez — abrindo um espaço mais amplo para futuras negociações. Afinal, a proposta do Presidente George Bush é vista por todos como ousada — e foi recebida por muitos com indisfarçável surpresa.

Caberia, portanto, especular sobre o que ela realmente significa e quais são o seu fundamento e suas motivações, sobre a quem ela pode vir a interessar e a servir, sobre sua oportunidade e seus horizontes e sobre as condições de sua viabilidade.

II: O CONTEXTO: UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

Para compreender o significado e o alcance da proposta norte-americana para as Américas faz-se mister situá-la no cenário mundial deste final de século, sacudido por mudanças tão radicais e tão abruptas que tornam inapelavelmente anacrônicas as mais respeitadas interpretações da ordem internacional, consolidada após a Segunda Guerra Mundial, e abalam os fundamentos político-ideológicos, estratégico-militares e econômico-financeiros em que se assenta a repartição do poder mundial.

É sabido que o Mundo repartido entre Washington e Moscou que emergiu de Yalta (1945) vinha se tornando, desde os anos 60, cada vez menos bipolar: a Leste, com a rivalidade e o antagonismo sino-soviético e, no Ocidente, ante os desafios de Charles de Gaulle à hegemonia norte-americana e, mais importante,

devido ao crescente poder econômico da Europa e do Japão³ e, subsidiariamente, à emergência, dentre os países menos desenvolvidos, de potências industriais de médio porte.

A despeito da aceleração, ao longo das duas últimas décadas, dessas forças centrífugas, favorecendo o pluralismo, a percepção das relações de poder no mundo persistiu fiel à lógica da bipolaridade político-ideológica, imobilizada, no plano estratégico-militar, pela capacidade obliterante dos arsenais nucleares das duas superpotências, cuja força dissuasiva assegurava, com o argumento do terror, a estabilidade internacional (as guerras, localizadas ou reduzidas a esporádicas escaramuças, deslocaram-se para os quintais da História).

Contudo, à sombra do guarda-chuva atômico americano prosperava a multipolaridade econômica e, debaixo do soviético, proliferavam, no bojo da grave crise das economias de comando e nutridos pelo desencanto político-ideológico, os germes, até recentemente pouco ou nada visíveis, da desagregação.

Desenhava-se, portanto, gradativamente, uma nova distribuição internacional do poder econômico e prevaleciam, pouco a pouco, as tendências, hoje amplamente reconhecidas, para regionalização (ou seja, para a integração econômico-financeira em blocos de países): na Europa Ocidental (a Comunidade Européia), na América do Norte (EUA-Canadá e, menos claramente, México) e, embora em menor grau, na Bacia do Pacífico (centrada no Japão e envolvendo a Coreia do Sul, Hong Kong, Formosa, Cingapura, Indonésia, as Filipinas, a Malásia, a Tailândia, a Austrália, a Nova Zelândia e, em futuro provável, a China e a Coreia do Norte). Externamente a esses blocos, intensificavam-se, no Ocidente, a competição mercantilista (com importante papel regulador dela reservado ao Estado) e o protecionismo setorializado (com cartelização internacional da produção em setores estratégicos e prevalência do bilateralismo).⁴ Não menos relevante, verificavam-se o declínio persistente

³Cf. Kennedy, Paul. The rise and fall of the great powers; economic change and military conflict from 1500 to 2000. New York, Vintage Books, 1989, p.395-413.

⁴Cf. Gilpin, Robert. The political economy of international relations. Princeton Univ. Press, 1987, p. 394-408.

da expressão econômico-financeira do poder dos EUA⁵ e a acelerada esclerose da economia soviética, a par dos crescentes antagonismos internos suscitados pela reação à "russificação", ao modo do tzarismo, dos demais povos da URSS.

Os fatos mais recentes, que vêm ocorrendo com espantosa velocidade, falam por eles próprios: o reformismo político e econômico na União Soviética — a glasnost e a perestroika —, tentativa aflita de salvar um gigante ferido que provavelmente representará o fim do monismo político-ideológico e do dirigismo econômico e a emergência de forma de organização política mais pluralista e de ordem econômica mais orientada pelo mercado; o vendaval liberalizante que varre o Leste europeu e já ameaça os muros que cercam a Albânia e a distante e insulada Cuba; as transformações econômicas na China, estimuladas e financiadas pelo Ocidente (mas que, ao não serem acompanhadas por flexibilização política, levaram ao impasse simbolizado pelo acontecido na Praça da Paz Celestial); e a unificação, para muitos surpreendente, da Alemanha, a confirmá-la como terceira potência econômica mundial.⁶ Eles sinalizam, claramente, para o arrefecimento do antagonismo político-ideológico que nutriu a Guerra Fria e a corrida armamentista (e, portanto, para maiores avanços no controle e redução do arsenal nuclear e no desarmamento) e para um cenário internacional mais multipolar, porém caracterizado pela formação de blocos político-econômicos regionalizados, com grande e crescente interação econômica e política interna.

Entretanto, o Mundo dos anos 90 deverá ainda caracterizar-se pela

⁵Nos anos 50, a participação dos EUA no produto mundial era de aproximadamente 40%, tendo declinado, nos anos 80, para cerca de 20%. Declínios semelhantes ocorreram na produção industrial, no comércio exterior, na produtividade e na formação de capital (material e humano). Cf. Gilpin, op. cit., p. 343-52.

⁶Donald B. Cotton, que dirige, em Zurique, a D. B. Cotton AG - Strategic Scenario Perspectives, previu, em 1988, no seu estudo prospectivo da Alemanha (Germany, fulcrum of Europe, 1988, mimeo.), a próxima unificação, econômica e política, das duas Alemanhas. Aliás, observe-se que, do ponto de vista econômico, essa unificação equivale, a rigor, a uma anexação, à Alemanha Ocidental (PIB: US\$ 1.202 bilhões em 1988), da Alemanha Oriental (PIB: US\$ 150 bilhões em 1988, aprox.). Fontes: BIRD, ONU.

bimultipolaridade,⁷ sistema de poder onde os dois maiores Estados-nações (os EUA e a URSS), se bem que relativamente enfraquecidos economicamente, ainda mantêm a hegemonia estratégico-militar (embora subsidiada pelos seus aliados) e a capacidade de arbitrar os conflitos externos maiores, enquanto os poderes nacionais menores (porém expressivos, internacional ou regionalmente) atuarão, isolada ou conjuntamente, como mediadores e amortecedores nas relações bipolarizadas, favorecendo, inclusive, a détente, o desarmamento e, mesmo, a colaboração entre as duas maiores potências.

Parece fora de dúvida, finalmente, que, no futuro próximo, a preocupação, de natureza mais estrutural, com a bipolaridade e a multipolaridade (ou, como sugerido, com a bimultipolaridade) será menor, num mundo mais "desideologizado", do que a atenção que despertará a dinâmica do sistema internacional e de seus subsistemas regionais, nas suas complexas congruências e descontinuidades.⁸

É este o contexto maior em que se situa a Iniciativa para as Américas: um ágil e habilidoso lance geopolítico e estratégico que visa a cimentar, sob os auspícios dos EUA — e sem que aquele país abdique sua posição hegemônica no condomínio tripartite do Ocidente que interliga Washington, Tóquio e Bönn (Berlim) —, uma mais íntima e intensa interação econômica e política nas Américas, a qual, de resto, serviria como significativo reforço à liderança e ao poder de barganha estadunidenses.

III. OS PRESSUPOSTOS DA INTEGRAÇÃO

É copiosa a literatura sobre integração internacional e regional e

⁷Esta expressão foi utilizada por Richard N. Rosecrance em *Bipolarity, multipolarity and the future*. Journal of Conflict Resolution, 10:312-322, Sept., 1966 no contexto da discussão sobre a bipolaridade e a multipolaridade como mecanismos de estabilidade internacional que envolveu, entre outros, Karl W. Deutsch, J. David Singer e Kenneth W. Waltz. Cf. Dougherty, James E. & Pfaltzgraff Jr., Robert L. Contending theories of international relations. New York, Harper & Row, 1981, p. 161-6.

⁸Cf. Dougherty & Pfaltzgraff Jr., op. cit., p. 166.

muitas as teorias que intentam explicá-la e fundamentá-la.⁹

Para os efeitos deste estudo, contudo, é suficiente ressaltar que a integração entre Estados-nações é um processo de interdependência multidimensional (embora seja muitas vezes útil considerá-la, analiticamente, apenas dos pontos de vista econômico-financeiro e político-institucional)¹⁰ e discutir brevemente as condições da integração, bem como a noção de potencial de integração.

Estabelecem-se comumente como condições para a integração:¹¹

1 - um substrato comum de valores e de interesses e, mais importante, uma escala de preferências bem estabelecida entre eles, de modo que conflitos e dilemas (trade-offs) possam ser mais facilmente resolvidos. Isto significa dizer que as visões do mundo e da sociedade compartilhadas pelos diversos atores (Estados-nações) devem ser convergentes, obtendo-se, assim, sua legitimação pelo consenso;

2 - uma relativa homogeneidade estrutural entre os atores (econômico-social, político-institucional) e, concomitantemente, um certo grau de complementaridade entre eles, condição para que se amplie sua interdependência;

3 - a percepção, por todos os atores, dos seus próprios ganhos, decorrentes da integração, de modo que sejam assegurados o apoio e o engajamento de cada um deles à associação supranacional.

Ainda que nenhuma dessas condições seja necessária ou suficiente, elas

⁹Para um exame do assunto, ver, por exemplo, Jones, Walter S. The logic of international relations. Glenview, Ill., Scott, Foresman and Co., 1988, p. 622-64. Ver também, Dougherty & Pfaltzgraff Jr., op. cit., p. 417-67.

¹⁰Na verdade, a Iniciativa para as Américas é uma proposta de integração fundamentalmente de natureza econômico-financeira e se limita a defender a criação de um conjunto de condições favoráveis à ampliação da interação (comércio, investimentos) econômica intracontinental. São óbvias, contudo (e inevitáveis) suas repercussões político-institucionais.

¹¹Cf. Galtung, Johan. A structural theory of integration. Journal of Peace Research, 5(4):377-8, 1968.

favorecem o desenvolvimento de redes de interdependência entre os atores e reforçam os pontos de identificação que facilitam a transferência de lealdades do plano nacional para o supranacional, da qual resultam padrões de intercomunicação humana que vão caracterizando sentimentos, atitudes e comportamentos integrativos, sobretudo da parte das elites nacionais relevantes. Essa dimensão psicossocial dos processos de integração é que se revela condição essencial para o seu êxito, porquanto a integração é um processo relacional que, ultima ratio, envolve a interação entre pessoas, que podem ser hostis ou cordiais de acordo com as representações mentais que formarem, simbolicamente, sobre as benesses ou os malefícios, para elas ou para seus países, da própria integração.¹²

Por sua vez, o conceito, de sabor neofuncionalista, de potencial de integração envolve:¹³

1 - a simetria, ou a igualdade econômica dos atores, medida pelo PIB per capita (para os países menos desenvolvidos, interessam, também, o PIB total e a população, indicativos do potencial do mercado);

2 - a complementaridade e consistência dos valores e interesses manifestos, compartilhados pelas elites dos atores envolvidos;

3 - a existência de pluralismo estrutural interno dos atores (numa perspectiva funcionalista, ou seja, envolvendo diversificadas especializações técnico-profissionais facilitando a interação setorializada);

4 - a capacidade dos organismos políticos dos atores para assumir, com continuidade, competência e flexibilidade, as tarefas da integração.

No que respeita, especificamente, à integração regional, importam, basicamente, a proximidade geográfica, a infra-estrutura de transportes e comunicações, o nível das relações políticas e econômico-financeiras

¹²Cf. Deutsch, Karl W. The analysis of international relations. 2^a ed. Englewood Cliffs, N. J. Prentice-Hall, 1978, e Etzioni, Amitai. Political unification. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1965.

¹³Nye, J. S. Peace in parts: integration and conflict in regional organization. Boston, Little Brown, 1971.

preexistente entre os países e a localização e importância relativa dos núcleos ou concentrações produtivas, suas interconexões e suas dominâncias sobre as regiões a elas periféricas.¹⁴

IV. UM INSTANTÂNEO DAS AMÉRICAS

Para que se possa avaliar em que medida as Américas como sistema regional atendem aos critérios de integração e revelam potencial integrativo capazes de contribuir para o êxito do processo dirigido para sua unificação econômica, é preciso, pois, examiná-las — ainda que sucintamente — sob os aspectos geopolítico, sócio-econômico e histórico-cultural.

IV.1. A Perspectiva Geopolítica: Um Continente Insulado

As imagens do mundo concebidas, ao longo dos séculos, pelas representações cartográficas planas são projeções mentais, construídas a partir da Europa, que estabelecem uma relação apenas simbólica com a realidade objetiva planetária.¹⁵

O único mapa-múndi verdadeiro é o globo — e, mesmo nele, o Sul e o Norte, o Leste e o Oeste somente podem ser definidos a partir do único ponto de referência relevante: aquele onde se situa o observador, seja Greenwich (Inglaterra), Kawasaki (Japão) ou Taguatinga (Brasil).

Os mapas-múndi planos mais comuns que, desde crianças, aprendemos a ler são projeções cilíndricas, do tipo Mercator, desenhadas, desde o Século XVII, para facilitar o traçado, a partir da Europa, das rotas marítimas: além de eurocentradas, essas cartas sabidamente produzem uma crescente ampliação das áreas (e das distâncias), à medida que elas se afastam da linha do Equador (Figura 1-I), o que faz com que, por exemplo, o Canadá (10,0 milhões de km²) pareça maior do que a América do Sul (17,8 milhões de km²), e a Groenlândia (2,2 milhões de km²), maior do que o Brasil (8,5 milhões de km²).

¹⁴Cf. Cantori, Louis J. & Spiegel, Steven L. The international politics of regions: a comparative approach. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1970.

¹⁵Cf. Henrikson, Alan K. The map as an idea; the role of cartographic imagery during the second world war. The American Cartographer, 2(1):46-47, 1975.

Para os propósitos de análise geopolítica dos centros mundiais de poder da atualidade, a imagem do mundo mais conveniente é a que resulta de projeção polar-norte do tipo zenital eqüidistante (Figuras 1-II e 2),¹⁶ muito embora essa técnica deforme as áreas mapeadas, ao longo dos paralelos, à medida que eles se afastam do Pólo Norte. O que se destaca desse mapa-múndi polar é, de uma parte, a massa terrestre, dominante e compacta, formada pela Europa, Ásia e África, em contraposição ao aspecto continentalmente insular das Américas, e, de outra, o fato de achar-se o subcontinente sul-americano, particularmente sua porção ao sul do Equador, deseixado dos centros hegemônicos de poder (na verdade, pouco de relevante resta ao sul do Equador se excluirmos o Cone Sul das Américas e a Austrália — Figura 2).

O insulamento das Américas — a que alguns associam o "isolacionismo psicológico" dos EUA¹⁷ — só se neutraliza no atual século, devido à força de gravidade exercida pelos EUA ao emergirem como centro hegemônico no Mundo, fenômeno que não ocorreu, até o presente, na parte meridional do Continente.

A propósito, é interessante observar como os centros mundiais de poder de primeira grandeza (a América do Norte, unipolarizada pelos EUA; a Europa Ocidental, tripolarizada pela Alemanha, França e Grã-Bretanha; Europa Oriental, unipolarizada pela URSS; e a Ásia Oriental, bipolarizada pelo Japão e pela China — Figura 3) situam-se num anel boreal que se estende de 30° a 60° de latitude norte (Figura 2), muito acima, portanto, do Equador e do próprio Trópico de Câncer, enquanto a área de concentração de poder na América do Sul (bipolarizada pelo Brasil e Argentina) se localiza mais em torno ou ao sul do Trópico de Capricórnio (Figura 3).

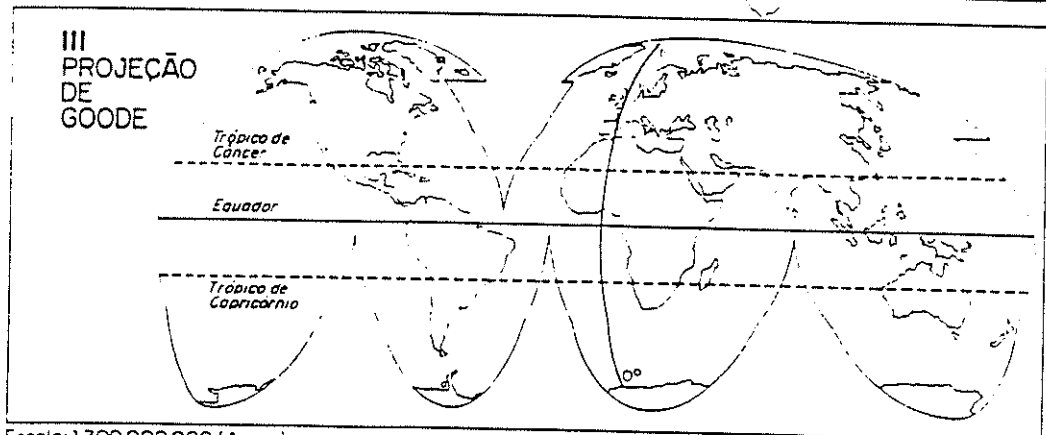
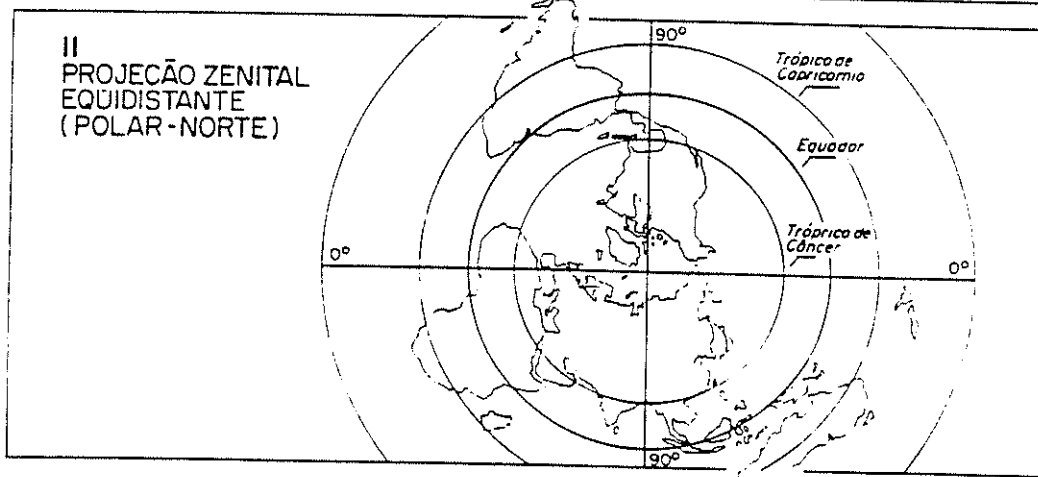
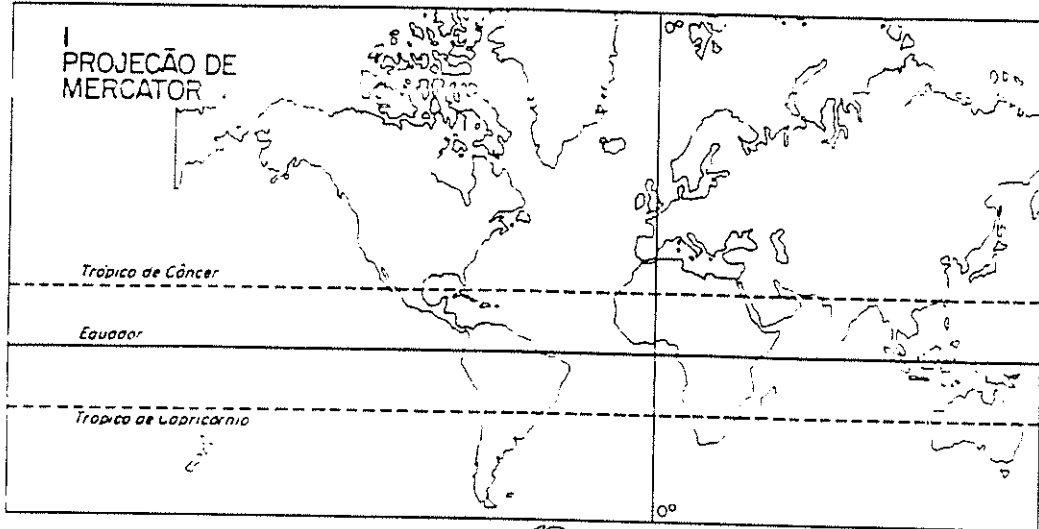
Essa situação pronunciadamente descentrada da porção mais meridional das Américas torna-se, aliás, mais evidente quando se mensuram as rotas circulares mais curtas (ou seja, as menores distâncias ao longo da superfície curva da Terra) entre, por exemplo, o Rio de Janeiro, Buenos Aires e Santiago e algumas

¹⁶ Configurações semelhantes do mundo têm sido comumente utilizadas nos estudos geoestratégicos contemporâneos, em especial para efeito do exame do balanço nuclear americano-soviético. Cf. Cline, Ray S. *Metastrategy; national security memorandum for the President*. New York, Crane Russak, 1988, p. 69-75.

¹⁷ Harrison, Richard E. & Strausz-Hupé, Robert. *Maps, strategy and world politics*. In: Sprout, Harold & Margareth, ed. Foundations of national power. Princeton, Princeton Univ. Press, 1945, p. 64-8.

Figura 1

MAPAS-MÚNDI:
PROJEÇÕES DE MERCATOR, ZENITAL E DE GOODE



Escala: 1 300.000.000 (Aprox)

RCA

Figura 2

MAPA-MÚNDI:
PROJEÇÃO POLAR-NORTE *

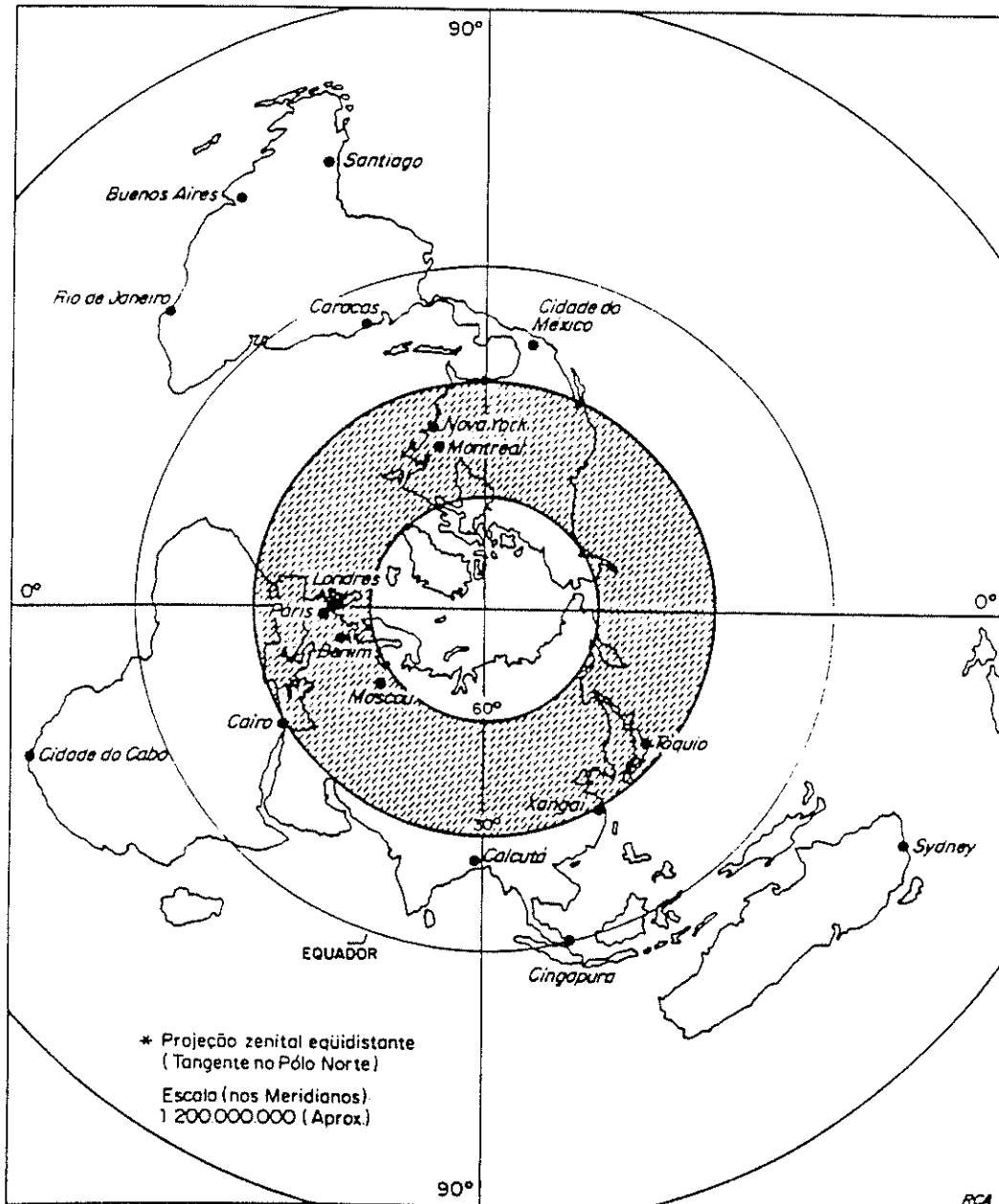
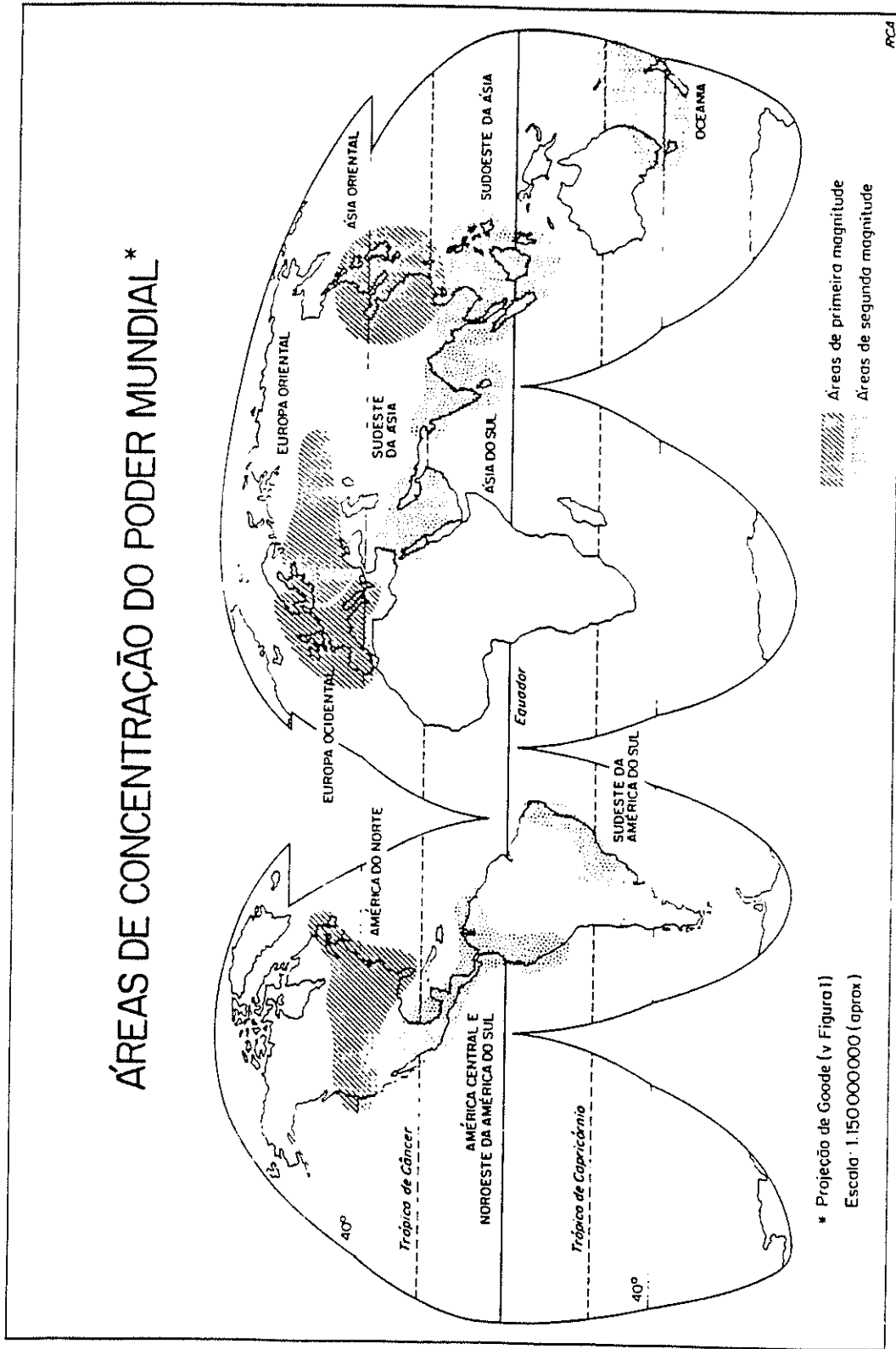


Figura 3

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DO PODER MUNDIAL*



das principais cidades dos demais centros de poder mundial (Tabela 1). Com efeito, essas cidades estão mais afastadas de Nova York ou de Montreal do que estas de Londres, Paris ou mesmo Moscou, e as distâncias entre aquelas capitais sul-americanas e Tóquio, Xangai e mesmo Calcutá são muitíssimo maiores do que as entre estas cidades asiáticas e Nova York ou Montreal (na verdade, Montreal está mais próxima tanto da Europa quanto da Ásia do que Nova York — Tabela 1).

Contudo, o que a simples inspeção das distâncias entre os principais núcleos urbanos mundiais (que são centros de concentração de poder ou de riqueza) revela é a posição relativamente isolada das Américas como um todo. Na verdade, é a Europa que, a despeito de sua apoucada dimensão geográfica, ocupa, ainda hoje, a posição central no Mundo (pelo menos no Mundo que conta): ela situa-se no Hemisfério Norte, a meio caminho entre a Ásia e a América do Norte.¹⁸

A despeito da natureza ideográfica dos mapas planos, a projeção de Goode¹⁹ (Figuras 1.III e 3) é representação mais adequada do Mundo, para efeito da análise geopolítica esboçada aqui. Ela é adotada para as Américas, consideradas isoladamente, na Figura 4.

Convém, por um momento, retornar à Figura 3 para mencionar que, do ponto de vista geopolítico, o Mundo de hoje revela 10 áreas de concentração de poder: quatro, já referidas, de primeira magnitude (a América do Norte, a Europa Ocidental, a Europa Oriental e a Ásia Oriental) e seis de segunda magnitude: quatro delas situam-se ao norte do Equador — total ou predominantemente (o Sudeste da Ásia, a Ásia do Sul, o Sudoeste da Ásia e a

¹⁸ As distâncias entre, por exemplo, Paris e Moscou, Nova York, Xangai e Tóquio são, respectivamente, de 2.485, 5.832, 9.269 e 9.710 km, muito menores que as distâncias correspondentes para Nova York (7.508, 11.862 e 10.816 km - Tabela 1). Cf. Encyclopaedia Britannica World Atlas. Chicago, Enc. Britannica, 1964, p. 132.

¹⁹ Trata-se de técnica cartográfica dita homolosina (combinação de homolográfico e sinusoidal) interrompida (desdobrada em dois lóbulos, cada um com um meridiano central), representação fundamentalmente ortomórfica baseada em projeção sinusoidal (entre os 40° de latitude sul e norte) e em projeção homolográfica (acima dos 40° de latitude sul e norte). Nesta representação as formas continentais e suas dimensões aproximam-se das do Globo Terrestre e as distâncias são verdadeiras nos meridianos centrais e nos paralelos de 0° a 40° (Cf. Enc. Britannica World Atlas, op.cit., p. 131).

TABELA 1

DISTÂNCIAS^(a) ENTRE ALGUMAS DAS PRINCIPAIS CIDADES DAS AMÉRICAS E DO MUNDO (Em Km)

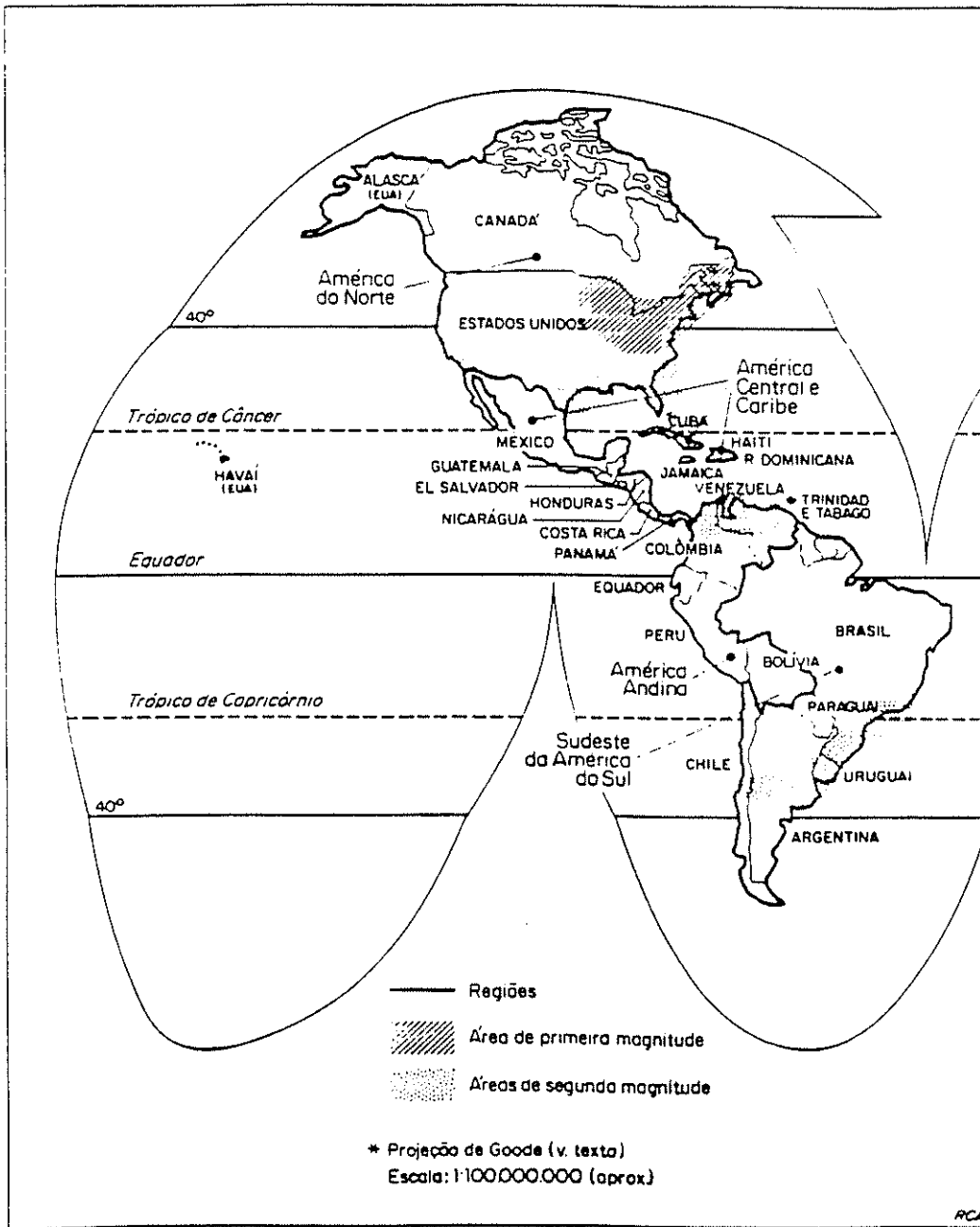
	Nova York	Montreal	Rio de Janeiro	Buenos Aires	Cidade do México	Caracas	Santiago
Nova York	-	515	7 752	8 525	3 360	3 431	8 251
Montreal	515	-	8 203	9 036	3 370	3 941	8 781
Rio de Janeiro	7 752	8 203	-	1 926	7 678	4 522	2 923
Buenos Aires	8 525	9 036	1 926	-	7 390	5 098	1 136
Cidade do México	3 360	3 730	7 678	7 390	-	3 592	6 754
Caracas	3 431	3 941	4 522	5 098	3 592	-	4 900
Santiago	8 251	8 781	2 923	1 136	6 754	4 900	-
Toquio	10 816	10 272	18 561	18 359	11 991	14 161	17 228
Berlim	6 382	6 001	10 010	11 913	9 732	8 444	12 524
Moscou	7 508	7 059	11 547	13 480	10 723	9 934	14 132
Paris	5 832	5 507	9 171	11 056	9 199	7 622	11 650
Londres	5 565	5 282	9 279	11 130	8 932	7 500	12 102
Xangai	11 862	11 350	18 244	19 636	12 910	15 290	18 849
Calcutá	12 743	12 242	15 091	16 520	15 275	15 457	17 395
Sydney	15 986	16 019	13 367	11 796	12 958	15 310	11 339
Cidade do Cabo	12 495	12 763	6 072	6 870	13 127	10 243	8 874
Cingapura	15 337	14 806	15 730	15 880	16 605	18 306	16 398
Cairo	9 016	8 713	9 891	11 820	12 373	10 200	12 789

FONTE: ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA WORLD ATLAS. Chicago, Enc. Britannica, 1964, p.132.

NOTA: a) Menores rotas circulares.

Figura 4

AMÉRICAS: REGIÕES E ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE PODER*



América Central e Noroeste da América do Sul); e apenas duas localizam-se no Hemisfério Austral: o Sudeste da América do Sul e a Oceania.

No caso das Américas consideradas isoladamente, um exame mais desagregado, atual e prospectivo, de sua geopolítica permite distinguir (Figura 4):

1 - quatro regiões, compreendidas como espaços-tempos mais homogêneos, dos pontos de vista físico-territorial, econômico-social, político-institucional e histórico-cultural, integrando uma totalidade mais heterogênea: são elas a América do Norte (Canadá e EUA), a América Central e o Caribe (México, os países do istmo americano e o Caribe), a América Andina (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia) e o Sudeste da América do Sul (integrado pelo Cone Sul — Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil — e pela Guiana, Suriname e Guiana Francesa);²⁰

2 - seis áreas de concentração de poder (com ênfase nas suas dimensões econômica e política): a primeira, dominante, constituída pelo Leste da América do Norte (EUA-Canadá), e as demais, de segunda grandeza, constituídas pelo Oeste dos EUA; pelo Leste do México e Sul dos EUA; pelo Sudeste dos EUA e Cuba; pelo Noroeste da América do Sul (Venezuela-Colômbia) e pelo Cone Sul (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai).

Essa regionalização será adotada como quadro referencial básico para o exame, mais detalhado, que se empreenderá a seguir das condições e do potencial integrativo das Américas, do ponto de vista sócio-econômico.

IV.2. A Perspectiva Econômico-Social: Desproporção e Desigualdade

Integram as Américas 35 países (Estados soberanos) e 15 territórios e dependências (Tabelas 2 e 3). Os 24 países mais importantes (segundo os critérios de área, população e PIB) ocupam área total de 39,4 milhões de km², têm 694,2 milhões de habitantes (1988) e produto interno bruto — PIB estimado

²⁰A inclusão desses dois últimos países e da Guiana Francesa nesta região não está isenta de controvérsias. Consideraram-se que esta área não é, nem geográfica, nem politicamente andina e que sua interação com o Brasil tende a ser maior do que com a Venezuela.

(1988) em US\$ 6.112,7 bilhões (Tabela 2).²¹

O que sobressai da análise, por países, dessas três grandezas é a desproporção. Territorialmente, o Canadá, os Estados Unidos e o Brasil são subcontinentes (ocupando cerca de 70% da área das Américas), enquanto os 24 países menores e os 15 territórios e dependências (todos com áreas de menos de 300 mil km²) respondem por pouco mais de 4% do Hemisfério. Demograficamente, os Estados Unidos, o Brasil e o México abrigam 68% da população (Figura 5) e os 19 países menos populosos e os 15 territórios e dependências (todos eles com menos de 5 milhões de habitantes, em 1988) detêm menos de 7% da população continental. Economicamente, os Estados Unidos sozinhos responsabilizam-se por quase 80% do PIB das Américas (Figura 6), enquanto o conjunto dos 19 países de menor expressão produtiva e dos 15 territórios e dependências (todos com PIB inferior a US\$ 5 bilhões, em 1988, à exceção de Porto Rico, um virtual Estado dos EUA) sequer atinge 1% do PIB total das Américas.

O mesmo se verifica quando se examinam os produtos de agricultura e da indústria de transformação e os valores relativos ao comércio exterior. Os EUA e o Brasil, juntos, detêm mais de 60% do produto da agricultura; os EUA, 77% do produto das manufaturas; os EUA e o Canadá, quase 80% das exportações e 86% das importações, cif (dados de 1988 — Tabela 4).

As conseqüências dessas desproporções, no plano econômico-social, são grandes desigualdades de níveis de produtividade, renda e bem-estar.

Com efeito, ainda que o PIB per capita, para os 24 países mais importantes do Continente, seja de US\$ 8.800 (1988), essa média está fortemente influenciada pelos EUA e Canadá (PIB per capita de US\$ 19.400): o PIB per capita médio dos demais 22 países é de menos de US\$ 2.000 (Tabela 2), seis países têm per capita inferior a US\$ 1.000 e 12, abaixo de US\$ 2.000. Esses desníveis se atenuam, contudo, se forem considerados os PIB reais per capita, ajustados para diferenças de poder de compra entre países pelo uso

²¹Esses números elevam-se para aproximadamente 40 milhões de km², 701 milhões de habitantes e US\$ 6.138 bilhões se considerados conjuntamente os 35 países e os 15 territórios e dependências (Tabelas 1 e 2).

TABELA 2

PRINCIPAIS PAÍSES DAS AMÉRICAS: INDICADORES BÁSICOS, 1988

Países	Área (Mil km ²)	População (Milhões)	PIB (US\$ Milhões)	PIB per capita ^(a) (US\$)	PIB Real per capita (1987) (PPCS)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ^(b)
Canadá	9 976	26,0	435,9	16 760	17 615	0,961
Estados Unidos	9 376	246,3	4 847,3	19 680	16 375	0,983
<u>Subtotal I</u>	<u>19 352</u>	<u>272,3</u>	<u>5 283,2</u>	<u>19 400</u>	<u>16 494</u>	<u>0,980</u>
México	1 958	83,7	176,7	2 110	4 624	0,876
Guatemala	109	8,7	8,1	930	1 957	0,592
El Salvador	21	5,0	5,5	1 100	1 733	0,651
Honduras	112	4,8	3,9	810	1 119	0,563
Nicarágua	130	3,6	3,2	910	2 209	0,743
Costa Rica	51	2,7	4,6	1 700	2 760	0,916
Panamá	77	2,3	5,5	2 390	4 009	0,883
Cuba	111	10,3	27,0 ^(c)	2 620 ^(c)	2 500	0,877
Jamaica	11	2,4	2,6	1 080	2 506	0,824
Haiti	28	6,3	2,5	390	775	0,356
República Dominicana	49	6,9	4,6	670	1 750	0,699
Trinidad e Tobago	5	1,2	4,4	3 670	3 664	0,885
<u>Subtotal II</u>	<u>2 662</u>	<u>137,9</u>	<u>248,6</u>	<u>1 800</u>	<u>3 614</u>	<u>0,803</u>
Venezuela	912	18,8	63,7	3 390	4 306	0,861
Colômbia	1 139	31,7	39,1	1 230	3 524	0,801
Equador	284	10,1	10,3	1 020	2 687	0,758
Peru	1 285	20,7	25,7	1 180	3 124	0,753
Bolívia	1 099	6,9	4,3	620	1 380	0,548
<u>Subtotal III</u>	<u>4 719</u>	<u>88,2</u>	<u>143,1</u>	<u>1 620</u>	<u>3 403</u>	<u>0,779</u>
Brasil	8 512	144,4	323,6	2 240	4 307	0,784
Paraguai	407	4,0	6,0	1 500	2 603	0,784
Uruguai	177	3,1	6,7	2 160	5 063	0,916
Argentina	2 767	31,5	79,4	2 520	4 647	0,910
Chile	757	12,8	22,1	1 730	4 862	0,931
<u>Subtotal IV</u>	<u>12 620</u>	<u>195,8</u>	<u>437,8</u>	<u>2 200</u>	<u>4 375</u>	<u>0,816</u>
Subtotal V (II+III+IV)	20 001	421,9	829,5	1 970	3 980	0,805
<u>TOTAL</u>	<u>39 353</u>	<u>694,2</u>	<u>6 112,7</u>	<u>8 800</u>	<u>8 859</u>	<u>0,873</u>

FONTE: Banco Mundial (World development report, 1990); PNUD (Human development report 1990 - para o IDH e o PIB real per capita - ver texto).

NOTAS : (a) Os PIB per capita são obtidos, para 1988, pela simples divisão do PIB total pela população, diferindo, portanto, dos divulgados pelo Banco Mundial (World development indicators, 1990, p.178-9). (b) Ver texto para conceituação do IDH. (c) Os dados relativos ao PIB e PIB per capita de Cuba, não divulgados pelo Banco Mundial ou pela ONU para os últimos anos, correspondem a mera aproximação, tomando-se como base estatísticas de 1984.

TABELA 3

AMÉRICAS: DEMAIS PAÍSES, TERRITÓRIOS E DEPENDÊNCIAS

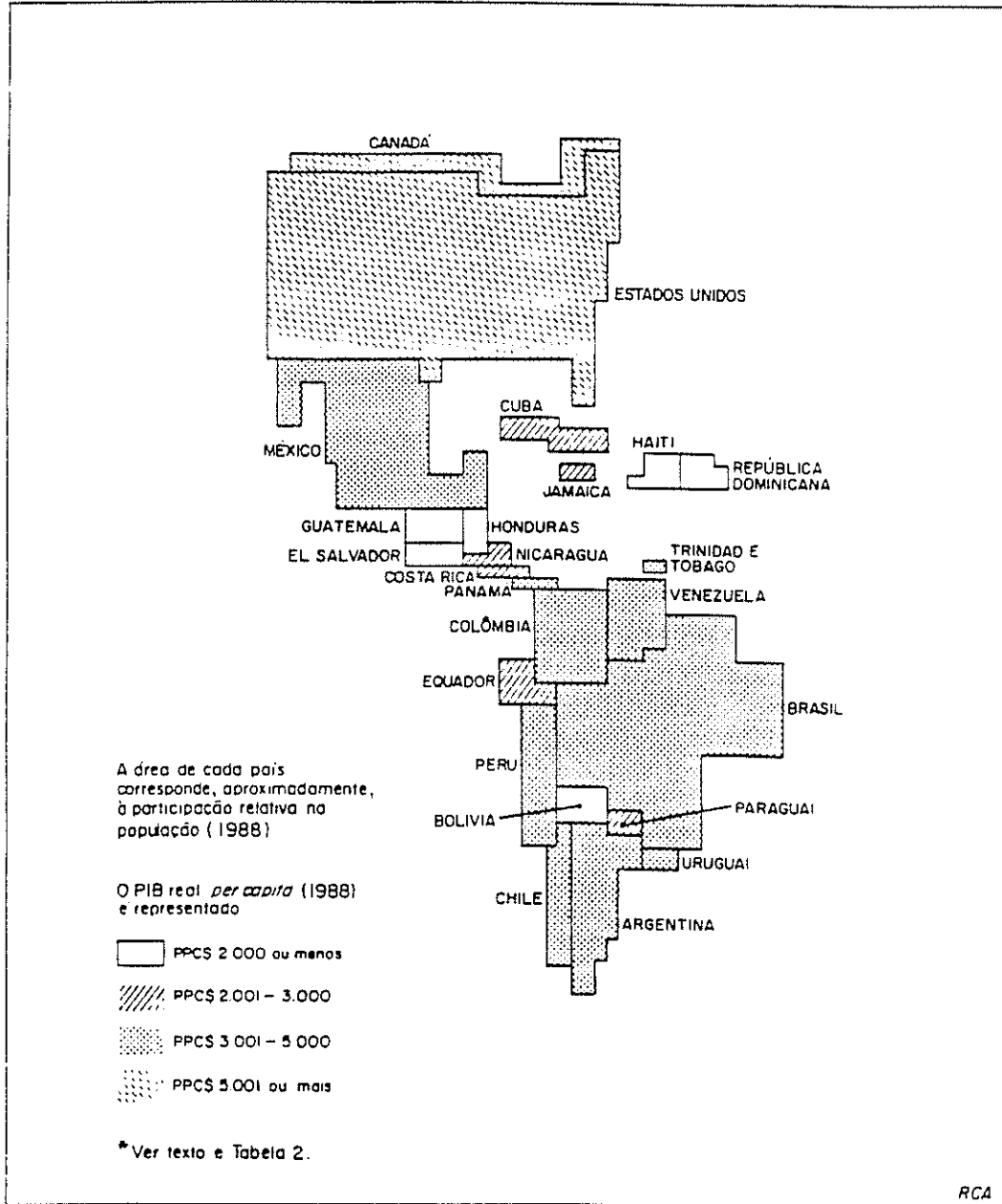
DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (km)	POPULAÇÃO(1988) (Mil)	PIB PER CAPITA(1988) (US\$)	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (1985-8)
Anguilla ^(b)	96	7 ^(m)
Antígua e Barbuda ^(a)	442	76 ^(j)	2 380 ^(j)	0,898
Antilhas Holandesas ^(c)	800	177	6 810 ^(l)	...
Aruba ^(c)	193	66	6 810 ^(l)	...
Bahamas ^(a)	13 939	244	10 700	0,880
Barbados ^(a)	430	254	6 010	0,925
Belize ^(a)	23	180	1 500	0,805
Bermudas ^(d)	53	58	20 700 ^(l)	...
Dominica ^(a)	751	82	1 680	0,906
Granada ^(a)	344	94	1 720	0,849
Guadalupe ^(c)	780	338	4 330 ^(o)	...
Guiana ^(a)	214 969	799	420	0,808
Guiana Francesa ^(e)	90 000	90	2 340 ⁽ⁿ⁾	...
Ilhas Cayman ^(b)	259	21 ^(l)	5 000 ⁽ⁿ⁾	...
Ilhas Malvinas ^(f)	12 173	2 ^(j)
Ilhas Turks e Caicos ^(d)	430	11
Ilhas Virgens Americanas ^(g)	355	106	9 760 ⁽ⁱ⁾	...
Ilhas Virgens Britânicas ^(g)	153	12 ^(l)
Martinica ^(e)	1 100	336	4 280 ^(l)	...
Montserrat ^(d)	102	12 ⁽ⁿ⁾	3 000 ^(l)	...
Porto Rico ^(h)	8 860	3 301	5 190 ^(j)	...
Saint Pierre e Miquelon ^(c)	242	6 ^(o)	2 110 ^(o)	...
Santa Lúcia ^(a)	616	145	1 540	0,789
São Cristóvão e Nevis ^(a)	262	42	2 630	0,801
São Vicente e Granadinas ^(a)	389	112	1 200	...
Suriname ^(a)	163 265	427	2 460	0,788

FONTES: BIRD; ONU; PNUD; Europe yearbook 1989; The world in figures (The Economist), 1988. (Comparabilidade precária, mormente para os dados de PIB per capita).

NOTAS: a) Estado soberano. b) Dependência da Grã-Bretanha. c) Parte autônoma da Holanda. d) Colônia da Grã-Bretanha. e) Departamento de ultramar da França. f) Colônia da Grã-Bretanha (reivindicada pela Argentina). g) Dependência dos EUA. h) Estado Livre Associado aos EUA. i) Dados de 1987. j) Dados de 1986. l) Dados de 1985. m) Dados de 1984. n) Dados de 1983. o) Dados de 1982.

Figura 5

AMÉRICAS: REPRESENTAÇÃO, POR PAÍSES, DA POPULAÇÃO E DO PIB REAL *PER CAPITA**



de paridades de poder de compra (PPC),²² expressos em dólares internacionais (\$): os PIB reais per capita são, para 1987, de PPC\$ 16,5 mil para os EUA e Canadá, de PPC\$ 4,0 mil para os demais 22 países, e apenas cinco países situam-se abaixo de PPC\$ (Tabela 2 e Figura 5). Finalmente, tomando-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) recentemente calculado pelas Nações²³ Unidas, o dos EUA e Canadá é de 0,980, o dos demais 22 países, de 0,805, somente um país — o Haiti — apresenta, pelos padrões internacionais, baixo nível de desenvolvimento humano (IDH menor do que 0,500) e apenas sete países têm o IDH inferior 0,750 (Tabela 2 e figura 6).

²²Cf. PNUD, Human development report, 1990, New York, Oxford Univ. Press, 1990 (Para a metodologia de cálculo, ver Kravis, Irving B. et alii, International comparisons of real product and purchasing power. Baltimore, Johns Hopkins, 1978 (United Nations International Comparison Project).

²³O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é construído a partir de três variáveis básicas: a expectativa de vida (X_1) o grau de alfabetização (X_2) e o PIB real per capita, medido pelo log do seu valor, em PPC\$ (X_3). Valores máximos e mínimos foram determinados, a partir dos dados conhecidos para 130 países, para cada uma dessas variáveis e, para cada país, foi calculada uma "medida de carência" (deprivation measure), em intervalo de zero a um, estabelecido pela diferença entre os valores máximos e mínimos. Assim, I_{ij} , o indicador de carência para o país j com relação à variável i , é definido como:

$$I_{ij} = \frac{(\max_j X_{ij} - X_{ij})}{(\max_j X_{ij} - \min_j X_{ij})}$$

O indicador médio de carência, I_j , é expresso por:

$$I_j = \sum_{i=1}^3 I_{ij}$$

O IDH é, enfim, definido como:

$$(\text{IDH})_j = (1 - I_j)$$

Os valores máximos e mínimos encontrados para X_1 , X_2 e X_3 foram, respectivamente 78,4 e 41,8 (anos), 100,0 e 12,3 (%) e 3,68 e 2,34(log). Os países com IDH abaixo de 0,500 foram considerados de baixo desenvolvimento humano; os com IDH de 0,500 a 0,799, de médio; e os com IDH de 0,800 ou mais, de alto. Cf. Human development report, op. cit., esp. p. 109.

TABELA 4

PRINCIPAIS PAÍSES DAS AMÉRICAS: PRODUTOS AGRÍCOLA E INDUSTRIAL E COMÉRCIO EXTERIOR, 1988

PAÍSES	PRODUTO DA AGRICULTURA (US\$ Bilhões)	PRODUTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (US\$ Bilhões)	EXPORTAÇÕES, FOB		IMPORTAÇÕES, CIF.	
			Total (US\$ Bilhões)	Manufaturados (% do Total)	Total (US\$ Bilhões)	Manufaturados (% do Total)
Canadá	17,4	100,2	111,4	62	112,2	86
Estados Unidos	96,9	1 066,4	315,3	78	458,7	79
Subtotal I	114,3	1 166,6	426,7	74	570,9	80
México	15,9	45,9	20,7	55	18,9	74
Guatemala	2,0	1,3	1,1	38	1,5	81
El Salvador	0,8	1,0	0,6	29	1,0	72
Honduras	1,0	0,5	0,9	11	0,9	75
Nicaragua	0,6(a)	0,9(a)	0,2	9	0,8	61
Costa Rica	0,8	1,0	1,3	40	1,4	80
Panamá	0,5	0,4	2,3	21	2,8	68
Cuba	4,0(b)	5,9(b)	6,9(b)	..	9,8(b)	..
Jamaica	0,2	0,7	0,8	59	1,4	70
Haiti	0,8	0,4	0,2	74	0,3	76
República Dominicana	1,1	0,7	0,9	26	1,6	64
Trinidade e Tobago	0,2	0,4	1,2	33	1,2	64
Subtotal II	27,9	59,1	37,1	45	41,6	70
Venezuela	3,8	14,0	10,2	9	11,6	85
Colômbia	7,4	7,8	5,3	25	4,5	80
Equador	1,5	2,2	2,2	6	1,7	88
Peru	3,1	6,2	2,7	21	2,7	77
Bolívia	1,0	0,7	0,5	3	0,7	79
Subtotal III	16,8	30,9	20,9	15	21,2	83
Brasil	29,1	93,8	33,7	48	14,7	51
Paraguai	1,8	1,0	0,9	12	0,9	60
Uruguai	0,8	1,6	1,4	47	1,2	70
Argentina	10,3	24,6	9,1	25	5,3	81
Chile	2,2	4,6	7,0	15	4,8	90
Subtotal IV	44,2	125,6	52,1	41	26,9	65
SUBTOTAL V (II + III + IV)	88,9	215,6	110,1	42	89,7	72
TOTAL	203,2	1 382,2	536,8	67	660,6	79

FONTES: Banco Mundial (World development report, 1990); Europe yearbook, 1989; The world in figures (The Economist), 1988 (para Cuba).

NOTAS: a) Dados de 1987. b) Os dados relativos a Cuba devem ser considerados apenas aproximativos e se baseiam em informações, não comparáveis, de 1984 (produtos da agricultura e da indústria de transformação) e de 1986 (comércio exterior, sobretudo com a URSS e os países do Leste da Europa).

TABELA 5

AMÉRICAS: FLUXOS DE COMÉRCIO DE MERCADORIAS, 1987 (a)
(US\$ Milhões)

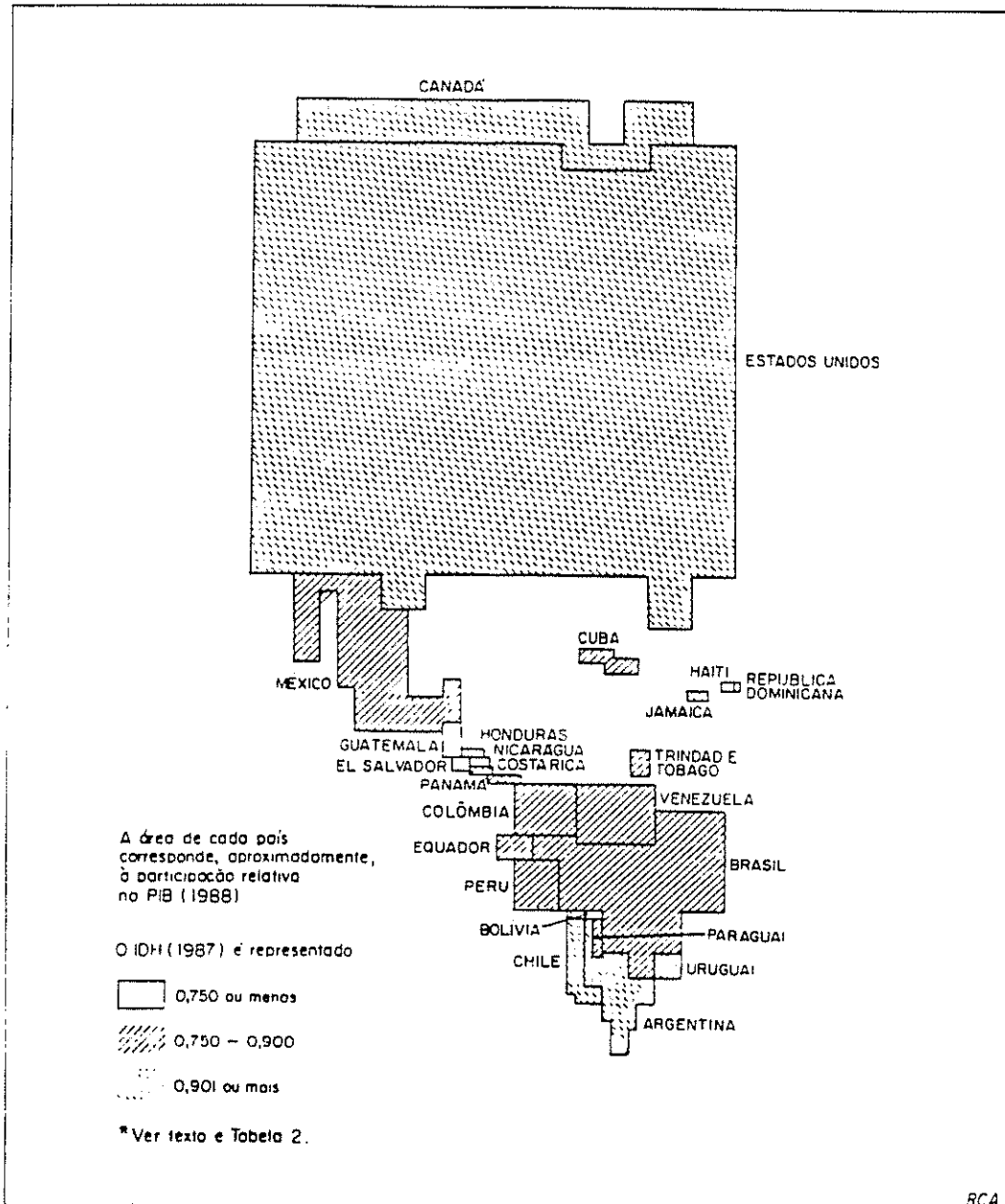
ORIGEM	D E S T I N O											C15 Total (- D + J)			
	C1 Estados Unidos (a)	C2 Canadá (b)	C3 México (c)	C4 Subtotal A (a+b+c)	C5 Venezuela (d)	C6 Colômbia (e)	C7 Brasil (f)	C8 Argentina (g)	C9 Chile (h)	C10 Subtotal B (d+...+h)	C11 Demais Países das Américas (i)		C12 Subtotal C (- B + I)	C13 Subtotal D (- A + C)	C14 Resto do Mundo (j)
L 1 Estados Unidos	-	57 354	14 582	71 936	3 586	1 412	4 040	1 090	796	10 924	9 467	20 391	92 327	158 063	250 390
L 2 Canadá (2)	71 455	-	398	71 853	294	200	483	75	76	1 128	616	1 744	73 597	24 507	98 104
L 3 México (3)	18 654	886	-	19 540	44	103	219	145	38	549	695	1 244	20 784	5 999	26 783
L 4 Subtotal I(1+2+3)	90 109	58 240	14 980	163 329	3 924	1 715	4 742	1 310	910	12 601	10 778	23 379	186 708	188 569	375 277
L 5 Venezuela (4)	5 346	413	6	5 765	-	121	157	9	133	420	1 569	1 989	7 754	2 871	10 625
L 6 Colômbia (5)	2 195	101	10	2 306	135	-	19	74	35	263	361	624	2 930	2 303	5 233
L 7 Brasil (6)	7 666	642	141	8 449	314	119	-	672	292	1 397	1 257	2 654	11 103	15 504	26 607
L 8 Argentina (7)	958	73	57	1 088	53	60	524	-	148	785	503	1 288	2 376	4 026	6 402
L 9 Chile (8)	1 048	100	2	1 150	49	45	344	171	-	609	179	786	1 936	2 925	4 861
L 10 Subtotal II(4+...+8)	17 213	1 329	216	18 758	551	345	1 044	926	608	3 474	3 867	7 341	26 099	27 629	53 728
L 11 Demais Países das Américas (9)	8 426	485	90	9 001	110	136	548	557	121	1 472	6 380	7 852	16 853	3 784	20 637
L 12 Subtotal III(-II+9)	25 639	1 814	306	27 759	661	481	1 592	1 483	729	4 946	10 247	15 193	42 952	31 413	74 365
L 13 Subtotal IV(-I+III)	115 748	60 054	15 286	191 088	4 585	2 196	6 334	2 793	1 639	17 547	21 025	38 572	229 660	219 982	449 642
L 14 Resto do Mundo (10)	289 458	25 251	4 322	319 031	3 480	1 679	10 145	3 325	2 016	20 645	14 370	35 015	354 046	1 550, f(b)	1 904, f(b)
L 15 Total I - (IV + 10)	405 206	85 305	19 608	510 119	8 065	3 875	16 479	6 118	3 655	38 192	35 395	73 587	583 706	1 770, f(b)	2 354, f(b)

FONTE: FMI, Direction of trade statistics yearbook, 1988.

NOTAS: (a) As linhas da matriz correspondem às exportações de mercadorias, fob; as colunas, às importações, fob, medidas pelo destino das exportações dos demais países. (b) US\$ bilhões.

Figura 6

AMÉRICAS: REPRESENTAÇÃO, POR PAÍSES, DO PIB E DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)*



Para os propósitos do estudo da integração econômica das Américas afigura-se, por conseguinte, imperioso agrupar os diversos países por blocos ou regiões, atendendo a critérios de ordem geopolítica e histórico-cultural e levando em conta, também, a desproporção de suas grandezas relativas e a desigualdade de seus níveis de desenvolvimento.

Tentativa de regionalização dessa natureza consta das Tabelas 2 e 4 (para os 24 países mais importantes) e será retratada nas regiões indicadas na Figura 4. As regiões consideradas são a América do Norte (países incluídos nas Tabelas 3 e 4: Canadá e Estados Unidos), a América Central e o Caribe (12 dos 21 países), a América Andina (todos os cinco países) e o Sudeste da América do Sul (cinco dos sete países). Estas três últimas regiões são também agregadas (incluindo os 22 países mais importantes da América Central, Caribe e América do Sul).²⁴

Do ponto de vista geoeconômico, a América do Norte forma um imenso bloco, compacto, denso — que a fronteira EUA-Canadá antes une do que divide (sobretudo ao leste). A América Central guarda, com respeito à América do Norte, uma relação peninsular, e o Caribe forma um cordão de ilhas que se alonga ao norte, buscando a península de Iucatã (México). A América Andina é um arco que circunda o Noroeste do Brasil, banhado, estrategicamente, pelo Oceano Atlântico, pelo Mar das Antilhas e pelo Oceano Pacífico. E o Sudeste da América do Sul é um imenso triângulo que domina, ao nordeste, o Atlântico subequatorial e se estreita, ao sul, entre aquele Oceano e o Pacífico. A América do Norte e a América do Sul são massas subcontinentais que se esparramam, de noroeste para sudeste, por quase todo o Hemisfério Ocidental, de extensões semelhantes, interligadas pelo istmo transversal centro-americano.

Em termos populacionais, há maior equilíbrio entre as quatro regiões: 272,3 milhões de habitantes na América do Norte, 137,9 milhões na América Central e Caribe, 88,2 milhões na América Andina e 195,8 milhões no Sudeste da América do Sul (considerados, apenas, os 24 países selecionados — Tabela 2 e Figura 5). A América Central, o Caribe e a América do Sul detêm, juntos, mais de 60% (421,9 milhões) da população continental (694,2 milhões). Ainda que o

²⁴Para a delimitação dessas regiões, por países, ver o Anexo I.

crescimento demográfico nas Américas venha se reduzindo, ele é muito maior na América Central, Caribe e América do Sul (as taxas médias anuais foram de 2,5% em 1965/80, 2,2% em 1980/88 e estão projetadas para 1,8% em 1988/2000, enquanto, para a América do Norte, esses percentuais são de 1,1, 1,0 e 0,8%, respectivamente),²⁵ o que significa que a população da América Central, Caribe e América do Sul deverá ser da ordem de 522 milhões no ano 2000, e a da América do Norte, de 298 milhões (64 e 36%, respectivamente, do total de 820 milhões das Américas). Este potencial de mercado ao sul do Rio Grande não é, pois, nada desprezível, podendo atualizar-se caso a América Latina e o Caribe ingressem, nos anos 90, em trajetória de desenvolvimento acelerado e auto-sustentado.

Com efeito, foi isto o que precisamente não ocorreu nos anos 80, geralmente considerados, para a América Latina e o Caribe, vistos globalmente, como uma década perdida. Entre 1965 e 1980, o PIB dessas duas regiões cresceu à taxa média de 6,0%, o produto da indústria de transformação, a 7,0%; e o da agricultura, a 3,3%. Esse significativo desempenho, comparado com os dos EUA e Canadá (2,7 e 5,1% para o PIB, 2,5 e 3,9% para o produto da indústria manufatureira e 1,0 e 0,8% para a agricultura, respectivamente), revela a clara tendência para redução do hiato de desenvolvimento intracontinental. Os anos 80 encarregaram-se de reverter essa trajetória: no período 1980/88, o PIB da América Latina e do Caribe cresceu apenas a 1,5% ao ano, o produto de sua indústria de transformação, a 2,7%; e o da agricultura, a 2,5%; em contrapartida, o PIB dos EUA e do Canadá cresceu, no mesmo período, 3,3% ao ano, com a indústria evoluindo a 3,9 e 3,6%, e a agricultura, a 3,2 e 2,7%, respectivamente.²⁶

Uma combinação de fatores externos (o peso do serviço da dívida externa dos maiores países da região — Brasil, México e Argentina; a fraca performance do comércio exterior e o virtual estancamento dos fluxos externos de capital) e internos (inflação, déficit público, baixa formação de capital) explica esse pobre desempenho, o qual, se não for revertido nos anos 90, poderá ser desastroso para a região, que, com um crescimento da população

²⁵Fonte: Banco Mundial, World development indicators, 1990, p. 228-9.

²⁶Fonte: Banco Mundial, World development indicators, 1990, p. 180-1. Em 1989, o PIB da América Latina e Caribe cresceu apenas 1,6% (Cf. Banco Mundial, World development report, 1990, p. 16).

estimado em 85 milhões na década, poderia ver reduzido em 6% seu PIB real per capita.²⁷

O Banco Mundial, na prospectiva que elabora para os anos 90, prevê uma recuperação do crescimento, na década, da economia latino-americana e caribenha para 4,2% ao ano e uma redução do ritmo do crescimento norte-americano para entre 2,0 e 2,5% anuais.²⁸ Admitida esta hipótese (o que certamente exigirá um grande esforço de estabilização, modernização e dinamização ao sul do Rio Grande, além de ponderável atenuação das restrições externas ao crescimento sul-continental), o PIB global da América Latina e do Caribe que, em 1980, correspondia a 20% do norte-americano e, em 1988, equivalia a cerca de 15%, poderá novamente alcançar, 20 anos depois, a grandeza relativa que exibiu em 1980, o que não constitui, certamente, trajetória de desenvolvimento de longo prazo que desperte fundados entusiasmos.

O ano de 1988 — a depressão de um vale e não as altitudes de um pico na evolução do desenvolvimento da América Latina e do Caribe²⁹ — permite um exame estático-comparativo de algumas relações interessantes, para as quatro regiões e os 24 países constantes das Tabelas 2 e 4.

Primeiro, quanto ao grau de industrialização, medido pela relação entre o produto da indústria de transformação e o da agricultura (colunas 2 e 1 da Tabela 4). Ele é de 10,2 para a América do Norte (11,1 para os EUA e 5,8 para o Canadá), de 2,1 para a América Central e o Caribe (3,5 para Jamaica, 2,9 para o México, entre 1 e 2 para El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Cuba e abaixo de 1 para os demais países), de 1,8 para a América Andina (3,7 para a Venezuela, 2,0 para o Peru, 1,5 para o Equador, 1,0 para a Colômbia e 0,7 para a Bolívia) e de 2,8 para o Sudeste da América do Sul (3,2 para o Brasil, 2,4 para a Argentina, 2,1 para o Chile, 2,0 para o Uruguai e 0,6 para o Paraguai).

Segundo, quanto ao grau de abertura das economias nacionais e regionais,

²⁷ World development report, op.cit., p. 16.

²⁸ Ibidem.

²⁹ De qualquer modo, o último ano sobre o qual se dispõe de estimativas, razoavelmente confiáveis, por países.

medido pela relação percentual entre a média das exportações e importações de mercadorias e o PIB (colunas 3 e 5 da Tabela 4 e 3 da Tabela 2). Ele é de 9,4% para a América do Norte (25,6% para o Canadá e 7,3% para os EUA),³⁰ de 15,8% para a América Central e o Caribe (11,2% para o México e 27,2% para os demais países); de 14,7% para a América Andina (com variações pouco expressivas, em torno dessa média, entre os cinco países); e de apenas 9% para o Sudeste da América do Sul (somente 7,4% para o Brasil e 9,1% para a Argentina).

Terceiro, quanto à participação das manufaturas no comércio exterior continental. Nas exportações, ela é de 74% para a América do Norte (78% para os EUA e 62% para o Canadá), de 45% para a América Central e o Caribe (55% para o México), de apenas 15% para a América Andina e de 41% para o Sudeste da América do Sul (48% para o Brasil e 47% para a Argentina). Nas importações, de 80% para a América do Norte (79% para os EUA e 86% para o Canadá), 70% para a América Central e o Caribe (74% para o México), 83% para a América Andina e 65% para o Sudeste da América do Sul (51% para o Brasil e 81% para a Argentina). Pode-se, portanto, dizer que a maior parte do comércio exterior continental é de manufaturados, a despeito do peso das exportações e importações de petróleo (casos da Venezuela e do Brasil, respectivamente).

A propósito do comércio exterior continental, cabe observar, inicialmente, que, na década passada (1981/87), se as importações da América do Norte elevaram sua participação no comércio mundial (de cerca de 16% em 1981/82 para cerca de 21% em 1986/87), refletindo o grande aumento das importações dos EUA, sobretudo do Japão e da Europa Ocidental, as importações da América Latina e do Caribe decresceram sistematicamente (de cerca de 6% do comércio mundial em 1981/82 para cerca de 4% em 1986/87).³¹ A primeira tendência reflete a perda de competitividade da indústria americana e os pesados déficits de sua balança comercial dela decorrentes; e a segunda, a crise da dívida externa dos principais países latino-americanos (Brasil, México, Argentina), forçando-os a gerar grandes superávits comerciais, obtidos, em parte, pela contenção (ou substituição) de importações. No caso

³⁰O elevado grau de abertura do Canadá deve-se à virtual colusão de sua economia à norte-americana (ver Tabela 5) e, de resto, à estrutura produtiva, desenvolvida sob a égide do liberalismo e da utilização do comércio internacional, intra e intercontinental, que se impôs, no país, inclusive em decorrência de condicionantes históricas e geopolíticas.

³¹Fonte: FMI, Direction of trade statistics yearbook, 1988, p. 2-7.

das exportações, a tendência geral é para queda da participação hemisférica no comércio mundial, tanto para a América do Norte (de mais de 16% em 1981/82 para cerca de 15% em 1986/87) quanto para a América Latina e o Caribe (de cerca de 6% em 1981/82 para pouco mais de 4% em 1986/87). No seu conjunto, portanto, não se pode dizer que o desempenho do comércio continental tenha sido brilhante nos anos 80 — o que é ainda mais verdadeiro para os países ao sul do Rio Grande.

O comércio intracontinental revela tendências ainda mais preocupantes, se bem que as exportações da América Latina e Caribe para a América do Norte tenham se elevado substancialmente ao longo da década (em decorrência, sobretudo, do crescimento das mexicanas e brasileiras), as importações declinaram significativamente.³² E o comércio entre os países da América Latina e do Caribe reduziu-se praticamente pela metade, entre 1981 e 1987 (de cerca de US\$ 23 bilhões para US\$ 12 bilhões).

A Tabela 5 permite que se examinem, mais detalhadamente (ainda que apenas para um ano — 1987) os fluxos de comércio de mercadorias das Américas. Nela as linhas (L1 e L15) correspondem às exportações, e as colunas (C1 a C15), às importações. De sua análise, é possível constatar, entre outros fatos:

1 - que as exportações totais das Américas, em 1987, equivalentes a US\$ 449,6 bilhões (L13, C15) corresponderam a pouco mais de 19% do total do comércio mundial de mercadorias, sendo 51% destinados aos demais países do Continente (L13, C13) e 49%, ao resto do Mundo (L13, C14); daquele total, US\$ 375,3 bilhões (83%) correspondem às exportações do Canadá, EUA e México (L4, C15), e apenas US\$ 74,4 bilhões (L12, C15), ou 17%, às dos demais países;

2 - que as importações totais, de US\$ 583,7 bilhões (C13, L15), representam 25% do total mundial, sendo 61% provenientes do resto do Mundo (C13, L14) e apenas 39%, dos demais países do Continente (C13, L13) — fundamentalmente, um reflexo do déficit de comércio dos EUA com o resto do Mundo (comparar L1, C14 com C1, L14); daquele total, US\$ 510,1 bilhões (C4, L15) correspondem às importações do Canadá, EUA e México (87%) e US\$ 73,6

³²Cf. Direction of trade, op.cit., p. 44-7 (dados relativos às exportações das e para as duas regiões, tomadas conjuntamente).

bilhões (C12, L15), ou 13%, às dos demais países;

3 - que as exportações dos demais países das Américas para os EUA, de US\$ 115,7 bilhões (L13, C1), correspondem a cerca de 50% de suas exportações intracontinentais, seguindo-se o Canadá, com US\$ 60,7 bilhões (L13, C2), o México, com US\$ 15,3 bilhões (L13, C3), e o Brasil, com US\$ 6,3 bilhões (L13, C7);

4 - que, na verdade, dentre os maiores países do Hemisfério, apenas o Canadá (L2, C13), o México (L3, C13) e a Venezuela (L5, C13) internalizam, nas Américas, a maior parte de suas exportações — e estas destinam-se, fundamentalmente, aos EUA (L2, C1; L3 C1; L5 C1);

5 - que as transações comerciais recíprocas entre Venezuela, Colômbia, Brasil, Argentina e Chile (C10, L10), da ordem de US\$ 3,5 bilhões, são pouquíssimo expressivas, o mesmo ocorrendo entre eles e os demais países das Américas, excetuados os EUA, o Canadá e o México (US\$ 3,9 bilhões para as exportações — L10, C11 — e US\$ 1,5 bilhão para as importações — C10, L11) e entre os demais países das Américas entre si: US\$ 6,4 bilhões (C11, L11).

Em síntese, o que essa breve análise das relações, internas e externas, de comércio entre os principais países do Continente revela é que há grande margem para sua expansão, sobretudo no âmbito intra-hemisférico e entre os países da América Central e do Caribe e da América do Sul entre eles — em particular se se buscar, como estratégia de desenvolvimento compartilhado e mutuamente fertilizante, sua gradativa integração econômica.

IV.3 A Perspectiva Histórico-Cultural: O Novo e o Velho Ocidentes

Histórica e culturalmente, as Américas podem ser consideradas como uma projeção transoceânica de Europa Ocidental, predominantemente anglo-saxônica ao norte e marcadamente ibérica ao sul do Rio Grande.³³ Apesar disso, contudo, dessa matriz cultural comum — euro-ocidental — justapõem-se, nas Américas, delineando visões do mundo, formas de organização social, atitudes e

³³As influências culturais francesa e holandesa, embora presentes no Hemisfério são, reconhecidamente, menos relevantes.

comportamentos diversos, o Novo e o Velho Ocidentes: o primeiro transportado, para o Norte, pelos ingleses; e o segundo presente, na América Latina,³⁴ graças aos espanhóis e aos portugueses.

O Novo Ocidente significa a Reforma e os ideais do Renascimento: o homem livre-pensante, crítico, pragmático, tendente ao igualitarismo e à associação — em uma palavra, o homem moderno. O Velho Ocidente representa a Contra-Reforma e a supervivência da Idade Média: o homem cingido ao dogma católico, crente da verdade revelada e eterna, arauto da fé, tendente à hierarquia e à rígida ordenação social das monarquias barrocas — em uma palavra, o homem negando a modernidade.³⁵ Uma mesma civilização, porém, dois tempos distintos, duas visões diversas do mundo e da História.

Daí se segue que, na América do Norte, a democracia como forma de organização política brotou da sociedade em decorrência do peculiar conúbio da liberdade e da igualdade — ainda que dela se tenham, de início, excluído o negro escravizado e o índio exterminado ou segregado. E que, na América Latina, se tenha tentado em vão, desde inícios do século XIX, implantar modelos políticos modernos porém alheios a seu peculiar éthos cultural — ainda que nela se tenha sido, socialmente, desde cedo, mais inclusivo com relação ao índio e ao negro: conquista e escravidão estão aliadas a conversão e absorção³⁶ — envolvendo a mestiçagem.

Na América do Norte, o Estado é o resultado de um pacto fundador e, portanto, é instituído pela sociedade, como produto da ideologia liberal e democrática, para servi-la. Na América Latina, a sociedade continuou a viver à sombra de Estados, tornados independentes, porém apropriados, ao modo do patrimonialismo, pelas oligarquias dominantes ou empalmados por lideranças autoritárias: carecia-se (ainda se carece) das estruturas econômicas e sociais

³⁴Esta expressão, cunhada nos EUA, é um tanto equivocada e pouco diz da realidade cultural, aliás bastante variada, dos países americanos de fala predominantemente espanhola e portuguesa. No entanto, como o uso a consagra, não há como dispensá-la.

³⁵Cf. Paz, Octavio. Tiempo nublado. Barcelona, Seix Barral, 1986, esp. p. 139-88. E também Morse, Richard. O espelho de Próspero; cultura e idéias nas Américas. Trad. paulo Neves. São Paulo, Companhia das Letras, 1988 (passim).

³⁶Paz, op. cit., p. 147.

e das instituições políticas que fazem com que a democracia seja uma criação da vontade política coletiva.

Se, por conseguinte, a América do Norte foi contemporânea da modernidade européia — e, em alguns aspectos, até mesmo a ela se antecipou —, a América Latina, hoje, já no crepúsculo da modernidade, ainda não é, social e politicamente, moderna — embora já venha sendo moderna nas idéias, nas artes e, em certa medida, no domínio da ciência e da técnica.

Esse descompasso de seu desenvolvimento reflete-se na instabilidade institucional, que se caracteriza pela alternância de ciclos politicamente abertos, envolvendo para o populismo e a ruptura, a qual, por sua vez, inaugura ciclos fechados, autoritários e repressivos, quando o poder é empolgado por caudilhos ou chefes militares. Poucos países da América Latina (Costa Rica, México e Venezuela estão entre eles) têm escapado, nas últimas décadas, a essas seqüências, pendularmente perversas, na sua evolução política — e a criatividade de suas elites não tem sido capaz de conceber o modelo de organização político-institucional que, evitando a adoção de um presidencialismo plebiscitário de inspiração norte-americana (o qual se vem revelando, de um modo geral, inepto para assegurar a estabilidade política) ou os apelos ao ideário parlamentarista (solução, tipicamente inglesa, que concilia a tradição monárquica com o princípio democrático da representatividade do governo — exercitada, com relativo êxito, só no Brasil do Segundo Reinado), corresponda a características econômico-sociais e culturais muito peculiares e ao atual estágio de seus processos de desenvolvimento.

O ciclo politicamente aberto em que ingressou recentemente a quase totalidade dos países da América Latina (em especial os da América do Sul), ainda que reforçado pelos ventos liberalizantes que sopram em todo o Mundo e que sinalizam o triunfo final da democracia de feição ocidental, necessita, para consolidar-se, de amplas reformas político-institucionais e econômico-sociais, garantidoras de sua estabilidade. O objetivo delas deve ser a eleição de trajetórias de desenvolvimento que conduzam ao pluralismo, ou seja, a uma ampla repartição de poder, econômica, social e politicamente, e a um novo padrão de relacionamento entre o Estado, reinstituído como ordem pública autônoma, e a esfera privada da sociedade, liberta da tutela do Estado e fundamentalmente orientada pelo mercado (no plano econômico) e (no plano

social) por valores e regras de convivência consentâneos com as raízes de cada cultura nacional.

É sob este último aspecto — o cultural — que se distinguem grandemente os povos das Américas. Se as conquistas da civilização os encaminham para a homogeneização — e não é à-toa que se empregam freqüentemente expressões como europeização e americanização —, matizes culturais diversos acentuam, com nitidez, suas diferenciações que, em síntese, revelam as várias identidades nacionais. Felizmente, unificação, integração não significam, necessariamente, uniformidade, padronização, massificação descaracterizante. É possível — e desejável — ampliar a integração mantendo e valorizando a diversidade; aderir com lealdade a objetivos comuns, supranacionais, na medida em que eles favoreçam os interesses nacionais e ensejem a consecução dos objetivos próprios de cada país. Integração envolve coordenação de ações, voltadas para objetivos compartilhados. Pode até envolver um certo grau de renúncia: nunca, porém, submissão ou abdicação da nacionalidade.

V. A VIABILIDADE DA INTEGRAÇÃO

A partir deste breve flash das Américas — que, aos olhos do especialista poderá parecer supérfluo e insuficiente — cabe colocar agora, mais objetivamente, a questão da viabilidade da Iniciativa para as Américas.

Ainda que as condições para unificação econômica e o potencial de integração de um dado conjunto de países não sejam, como já anteriormente salientado, necessários nem suficientes,³⁷ eles propiciam o pano de fundo sobre o qual vão atuar a vontade política e emergir os interesses econômico-sociais orientados para os processos integrativos supranacionais. Convém, assim,

³⁷Poucos tiveram, por exemplo, antes ou mesmo logo depois da Segunda Guerra Mundial, a intuição para prever, no horizonte de umas poucas décadas, uma Europa Ocidental econômica e politicamente unificada. Muito menos a possibilidade da integração econômica de países tão díspares, econômica, social e culturalmente, como a Alemanha e Portugal, ou a Grã-Bretanha e a Grécia. Registre-se, no entanto, que, em 1930, Karl Haushofer, o geopolítico alemão cujo nome está associado ao expansionismo germânico de feição nazista, previa os Estados Unidos da Europa para os anos 50, construído sobre a democracia e o pacifismo (Cf. Benoist, Alain de. Vu de droite; anthologie critique des idées contemporaines. Paris, Copernic, 1978, p. 240.

examiná-los.

A heterogeneidade estrutural entre os países da América é, certamente, um obstáculo à integração. Ela se manifesta quer pelo exame da dimensão — territorial, demográfica, econômica — dos Estados-nações do Continente, quer pela mensuração de seus níveis de desenvolvimento. Essa característica persiste mesmo quando se procura agrupar os países do Hemisfério em regiões, conforme foi intentado neste estudo. Torna-se evidente, no entanto, que da regionalização resultam blocos de países mais homogêneos, efetivamente, nas dimensões físico-territorial e demográfica (Figuras 3 e 4 e Tabela 2), e potencialmente, na dimensão econômica (o que significa que a integração deve ser buscada concomitantemente com o crescimento econômico dos países menos desenvolvidos, objetivos que podem ser sinérgicos, na medida em que se retroalimentem reciprocamente).

Pelo menos os países de grandes ou médias dimensões (EUA, Canadá, Brasil, México, Argentina, Venezuela, Colômbia e Chile, nesta ordem) já são sociedades complexas e com grande ou médio grau de diversidade e pluralismo estrutural interno, inclusive industrial e tecnologicamente, o que possibilita um certo nível de interação setorializada (além daquela que resulte das estratégias de mercado das empresas multinacionais). As resistências governamentais e empresariais a uma integração interindustrial envolvendo a especialização produtiva são hoje menores do que há duas décadas atrás, quando prevalecia, nos maiores países latino-americanos, a ideologia autárquica decorrente de um processo de industrialização voltado para dentro, isto é, substitutivo de importações.

Essa introversão das principais economias latino-americanas cedeu lugar, nos anos 80, à idéia de uma inserção produtiva mais aberta e dinâmica no Mundo, seja em virtude do esgotamento do modelo de substituição de importações, seja diante da necessidade, sentida a nível governamental, de gerar, via exportações, excedentes comerciais para financiar o crescente serviço das dívidas externas, seja pela estagnação dos mercados internos. Fortaleceu-se, portanto, nas elites nacionais, percepção mais clara dos ganhos do comércio internacional e da necessidade de assegurar competitividade — desta vez não mais associada à idéia, superada, de vantagens comparativas naturais, porém daquelas produzidas pelo esforço humano, em particular pelo domínio da ciência e da técnica avançadas (e, sobretudo, se compreendeu,

afinal, que, ainda seja um mercado interno de relativo porte uma base importante onde se alicerçam os ganhos de escala, não são apenas a dimensão dos mercados domésticos nem a das plantas industriais que determinam a competitividade internacional).

Essa gradual mas consistente mudança de percepções e de atitudes, ditada quase sempre pelas restrições, internas e externas, ao crescimento para dentro, vividas nos anos 80, ocorria concomitantemente à afirmação do credo neoliberal, nos países capitalistas mais desenvolvidos, e reforçou-se ante a constatação do êxito dos modelos extrovertidos de industrialização dos chamados Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Formosa, Hong-Kong, Cingapura). A débâcle das economias centralmente dirigidas do Leste da Europa, a crise da URSS, as transformações econômicas intentadas na China em direção a uma economia de mercado só vêm fortalecer a opção liberalizante como um novo avatar contemporâneo.

Tudo isso conspira a favor da proposta integracionista. Se, no passado, as tentativas de criar, nas Américas, mercados comuns (sem os EUA) fracassaram, fora porque elas se colocaram em flagrante contradição com a própria lógica dos processos nacionais de crescimento, comandados pela substituição de importações. Agora não! A idéia da integração, açoitada pelos Estados Unidos, cavalga uma nova onda: a onda liberal, contida, embora, pelas barreiras dos blocos econômicos regionais que se formam, a leste e a oeste do Continente. E as Américas, sentindo-se, agora de norte a sul, circunscritas e insuladas, dirigem o seu olhar para dentro: cinco séculos depois, propõe-se o reencontro hemisférico de dois mundos (um Ovo de Colombo!). Desenha-se, assim, um novo sentimento integrativo nas Américas. Com ele, convivem as expectativas gerais dos ganhos potenciais resultantes da integração, à imagem e semelhança da Europa redimida e próspera, e o medo, prevalecente ao sul do Rio Grande, de ser esmagado sob o peso grave do gigante maior, plantado ao norte. Como ainda persistem, conquanto atenuados, os receios dos pequenos países de serem engolidos, na América Latina e no Caribe, pelos gigantes menores — o Brasil, o México, a Argentina —, num processo integrativo imperialmente disruptivo.

No plano político-institucional, os Estados nacionais, embora imersos em crise interna profunda — que não é apenas financeira e está a demandar uma ampla revisão de sua natureza, suas funções, suas prioridades estratégicas —,

são dotados de burocracias capazes de formular, negociar e executar uma estratégia para a integração. O caveat é a instabilidade política — e, em decorrência, a garantia de continuidade do projeto de integração —, mas parece certo que, na medida em que as percepções favoráveis à integração penetrem mais profundamente nas consciências nacionais, obtendo a adesão da maior parte de suas elites responsáveis, esses riscos podem ser grandemente reduzidos.

A interação diplomática e política intensas no contexto das Américas, os vários fóruns e organismos regionais e sub-regionais existentes (a OEA, o BID, a Aladi, o Pacto Andino, para citar apenas alguns), as relações comerciais e culturais são fatores que não podem, finalmente, ser desconsiderados numa avaliação das condições para uma integração econômica hemisférica.

Observe-se, contudo, que a infra-estrutura econômica continental não está, sobretudo na América do Sul, concebida de modo a facilitar a integração. Fatores geográficos — a Cordilheira dos Andes, a Amazônia — e o modo como se delineou e expandiu a rede de transportes seccionam o Subcontinente: o Norte do Sul, o Leste do Atlântico do Oeste do Pacífico. Na América do Norte (e também na América Central e no Caribe, a despeito da forma fragmentada deste último), o problema inexistente, ou é de menor relevância.

VI. UMA ESTRATÉGIA PARA A INTEGRAÇÃO

Torna-se evidentemente difícil propor uma estratégia para a integração das Américas: os seus objetivos estão formulados de modo amplo e genérico, os meios para alcançá-los apenas foram sugeridos e as reações dos demais países do Continente à iniciativa norte-americana cingiram-se, até agora, tão-somente à retórica diplomática.

Será, contudo, pertinente indicar, à luz da análise até aqui conduzida e de outras experiências de cooperação econômica conhecidas, particularmente a da Comunidade Econômica Européia-CEE, uma agenda, preliminar e tentativa, para a integração das Américas.

1 - Não se deve esperar dos EUA a elaboração, perfeita e acabada, de um "plano" para a integração das Américas — proposta que, aliás, já foi

insinuada por mais de um país latino-americano. O gosto dessas cosmovisões, idealmente lógicas, internamente consistentes, mas quase sempre prenhes de irreabilidade, não é da tradição daquele país.

É bom lembrar, neste contexto, que o chamado Plano Marshall, que está nas raízes da CEE, nunca tomou a forma de um documento de planejamento global e completo, muito menos concebido pelos EUA: consubstanciou-se no apoio norte-americano à recuperação da Europa e se orientou pelo princípio segundo o qual cabia aos países europeus a iniciativa e a responsabilidade pela formulação de seus programas de reconstrução,³⁸ embora coordenados entre eles e submetidos, conjuntamente, para efeito de apreciação e de financiamento.³⁹

A valer o antecedente histórico, a estratégia a adotar pelos países ao sul do Rio Grande vis-à-vis a Iniciativa para as Américas não deve ser a de esperar, passivamente, pelos desdobramentos, liderados pelos EUA, dela: deve ser a de propor, se possível conjuntamente (ou por blocos de países), caminhos concretos para o desenvolvimento e a integração continental — desde que isso seja, como parece ser, de seu interesse —, porém dentro do princípio do planejar-fazendo (planning by doing), no caso mais adequado, prático e efetivo — não parecendo caber, aqui, no plano abrangente que se antecipe aos fatos, complexos, polivalentes, mutantes, envolvendo um grande número de atores soberanos, onde a necessária coordenação de ações somente se alcançará através de negociação orientada para o consenso, lastreada na mutualidade de interesses.

2 - A trajetória da integração econômica das Américas deve ser modulada, no espaço e no tempo.

³⁸Cf. Kennan, George F. Memoirs 1925-1950. New York, Pantheon Books, 1983, p.325-53. George Kennan, responsável, no Departamento de Estado, pelo Relatório que deu origem ao Plano Marshall (entregue ao General Marshall em maio de 1947, menos de um mês depois que o então Secretário de Estado retornara de Moscou preocupado com o avanço soviético na Europa e com as dificuldades econômicas da Europa Ocidental, sobretudo da Alemanha, as quais, na sua avaliação, persistindo, poderiam torná-la presa fácil da URSS), relata como o discurso de George C. Marshall em Harvard (junho de 1947) se fundamenta apenas num conjunto de princípios e em "paper" contendo "recomendações" de ordem muito geral (aliás, nunca divulgado em sua integridade).

³⁹"Ao insistir em abordagem coordenada, nós esperávamos forçar os europeus a começar a pensar como europeus, e não como nacionalistas, na sua visão dos problemas econômicos do Continente". Kennan, op.cit., p.337.

Espacialmente, conviria pensar em processo integrativo por blocos regionais (América do Norte, América Central e Caribe, América Andina, Sudeste da América do Sul — Figura 4), atuando-se, com flexibilidade, com vistas a negociações multilaterais e bilaterais de redução gradual das barreiras tarifárias, de coordenação dos investimentos (sobretudo na indústria) e, não menos importante, de cooperação no campo da ciência e da tecnologia (um programa conjunto de desenvolvimento técnico-científico Brasil-Argentina, por exemplo, poderia contribuir para a constituição de um pólo tecnológico importante ao sul do Equador).

Temporalmente, cabe acelerar mais a integração interna desses blocos, sem prejuízo de esforço concomitante de interação econômico-financeira entre os blocos, atento para as áreas de concentração de poder (Figura 4), sobretudo as que entrelaçam os EUA e a América Central e o Caribe, de modo a capitalizar as vantagens da proximidade geográfica mas com o cuidado de evitar a dominação econômica (neocolonialismo).

3 - O pressuposto básico da integração pan-americana deve ser sua capacidade de atuar como veículo de transmissão inter-regional de desenvolvimento (nos sentidos econômico, social e político), em particular visando à redução das disparidades, entre regiões e países, de níveis de vida e de bem-estar.

Disso decorre a necessidade de combinar os mecanismos de mercado com prioridades estratégicas, estabelecidas politicamente, que orientem o processo de investimentos (em infra-estrutura econômica, na indústria, nos serviços, no desenvolvimento social), com vistas a distribuir, com equidade, os ganhos resultantes da integração entre os diversos Estados-nações envolvidos. Não se trata, portanto, apenas de liberalizar o comércio transcontinental, porém de fazê-lo concomitantemente com um certo grau de coordenação dos investimentos, ambos — liberalização do comércio e coordenação dos investimentos — atuando de forma sinérgica como fatores dinâmicos do processo de crescimento de cada país e de estímulo à interação econômica.

4 - Condições necessárias (embora insuficientes) para que a integração continental se viabilize conjuntamente com o crescimento são a estabilização econômica e a redução do ônus da dívida externa que hoje recai sobre os países da América Latina e do Caribe.

Por estabilidade econômica compreende-se, além do controle da inflação elevada e crônica, a definição de regras claras e permanentes para o funcionamento dos mercados nacionais, inclusive no que respeita ao financiamento dos investimentos e aos capitais estrangeiros. Este seria o objetivo das "reformas econômicas" a que se refere, em seu pronunciamento, o Presidente George Bush, o que impõe, internamente, um novo padrão de relacionamento entre as esferas públicas (o Estado lato sensu) e privada (o mercado) da sociedade e, mais do que isto, a revisão dos papéis do Estado e da iniciativa privada no processo de desenvolvimento. As idéias-chave balizadoras dessas reformas são a liberalização, a desregulamentação e a privatização, mas não se pode pretender que os Estados nacionais latino-americanos, historicamente os condutores da modernização econômico-social (tanto nos ciclos politicamente abertos, formalmente democráticos, quanto nos fechados, de moldes autoritários) deixem de exercer, ainda por muito tempo, certas funções estratégicas prioritárias para o desenvolvimento nacional (inclusive na condução do próprio processo modulado de integração). O essencial é que o Estado se constitua em ordem pública autônoma, orientada para objetivos nacionais estratégicos selecionados, e que a maior parte dos novos investimentos diretamente produtivos seja confiada à iniciativa privada, mais liberta da interferência governamental porém, ao mesmo tempo, menos dependente dos benefícios fiscais e financeiros concedidos pelo Estado. A divisão de trabalho entre as esferas pública e privada (na infra-estrutura econômica ou, mesmo, em certos setores da indústria extrativa mineral e de transformação que hoje constituem monopólio estatal) deve atender às peculiaridades de cada país e a seus estágios de desenvolvimento.

As soluções para a dívida externa devem visar, concomitantemente, ao restabelecimento de relações financeiras normais dos países hoje fortemente endividados com o exterior (inclusive com a retomada dos fluxos de capitais externos de risco) e à ampliação do comércio exterior intracontinental (como sabido, os países devedores são compelidos a gerar grandes superávits comerciais para financiar o serviço de suas dívidas externas, sendo, assim, forçados a estimular artificialmente as exportações e a substituir, muitas vezes sem vantagens comparativas, as importações — o que acarreta grandes distorções e ineficiências, tornando-se obstáculo a uma integração verdadeiramente competitiva).

5 - Condições complementares para o desenho de um modelo de integração

competitiva com crescimento são um certo grau de coordenação das políticas cambiais dos diversos países e a identificação de fontes adequadas de financiamento ao comércio intracontinental e aos investimentos.

Parece fora de dúvida que o dólar estadunidense deverá continuar sendo a moeda-padrão das relações econômicas hemisféricas. Suas flutuações com relação às outras principais moedas do Mundo (elas têm sido significativas, com tendência histórica para desvalorização) importam, no caso, menos do que as abruptas oscilações que freqüentemente ocorrem entre as moedas dos principais países latino-americanos. Elas resultam, certamente, em grande medida, da instabilidade econômica (e das tentativas aflitas, heterodoxas, ortodoxas ou mistas, de conter a inflação), porém refletem, também, o esforço de gerar capacidade de pagamento da dívida externa. É fato, no entanto, que afetam, importantemente, seja a direção, seja o volume de seu comércio exterior.⁴⁰ Portanto, um certo nível de coordenação entre as políticas cambiais nacionais (numa primeira etapa, pelo menos dentro dos blocos regionais) se faz aconselhável, à medida que tenham êxito as terapias antiinflacionárias.

Um dos calcanhares-de-aquiles da integração das Américas (compreendida, repita-se, como processo compartilhado de desenvolvimento) está na questão de seu adequado financiamento — y compris a questão da dívida externa.

Nos tempos do Plano Marshall, os EUA eram potência financeira hegemônica e puderam, sozinhos, arcar com os custos maiores de seu financiamento. O quadro atual é outro: aquele país defronta-se com dificuldades, internas e externas, de ordem financeira, sobejamente conhecidas — ainda que a dimensão de sua economia, quando comparada com a do restante das Américas, favoreça, pelo menos a médio e a longo prazos, uma solução predominantemente continental para essa questão.

É fato, no entanto, que muitas das iniciativas internacionais recentes dos EUA têm deixado patente a inadequação entre os seus às vezes generosos

⁴⁰ O caso do comércio bilateral (e do movimento do turismo) entre o Brasil e a Argentina é, sob este aspecto, exemplarmente ilustrativo. Valorizações ou desvalorizações, muitas vezes de grande monta, entre as moedas desses dois países e o US\$, são capazes de alterar, rapidamente, tanto a direção quanto o volume daqueles fluxos — e essas modificações serão provavelmente mais intensas ainda à medida que se avance no processo de liberalização.

objetivos e os recursos financeiros que lhes correspondem.⁴¹

Este é também o caso da Iniciativa para as Américas, onde os números não correspondem, infelizmente, à retórica, sendo necessário redimensionar inteiramente a proposta de seu financiamento — com o apoio do BIRD, do Japão, da Comunidade Européia (de acordo, aliás, com o que o Presidente Bush sugere, reconhecendo, implicitamente, a insuficiência dos recursos que menciona).

De nada adiantam, porém, recursos abundantes na ausência de projetos viáveis para utilizá-los — e a verdade é que esses projetos, por enquanto, inexistem. A iniciativa, neste ponto, transfere-se dos EUA para os demais países do Continente: bons projetos, visando à integração com desenvolvimento e modernização econômica, contariam, desde o início, com o good-will do governo dos EUA, que não é de se desprezar.

6 - Cabe, a propósito, referir que a infra-estrutura e os serviços de apoio ao comércio exterior dos países do Continente não estão, de um modo geral, orientados para a integração econômica — seja o seu hardware (sistema viário, por exemplo), seja o seu software (trading companies, escritórios comerciais, informações de mercado, etc.). Tampouco existem, na escala desejável, os canais de comunicação que venham a facilitar a interação setorializada capaz de viabilizar (pelo menos dentro dos diversos blocos regionais) a coordenação dos investimentos (salvo, talvez, no caso de algumas multinacionais, em decorrência de políticas internas delas).

Isto é particularmente verdadeiro para a América do Sul, onde parece desejável estimular maior interação econômica, não apenas entre os países do Cone Sul, mas também entre eles e os da América Andina. Não há, por exemplo, sistemas viários transcontinentais eficientes, seja na porção setentrional do Continente (interligando o Atlântico ao Pacífico e beneficiando o Brasil, a Argentina, o Paraguai, a Bolívia e o Chile), seja na sua porção mais setentrional (interligando o Centro-Oeste e o Noroeste brasileiros ao

⁴¹O Presidente George Bush, ele próprio, no seu discurso de posse, disse que os EUA tinham, no momento, mais vontade do que dinheiro (We have more will than wallet). Cf. Talbot, Strobe. Uncle Sam as tightwad. Time International, July 23, 1990, p. 13, para uma análise, algo desconcertante, dessa insuficiência.

Pacífico, via Peru).⁴² E o mesmo ocorre no sentido longitudinal (interligação da América Andina — do Peru à Venezuela).

Parece, pois, evidente, que um esforço no sentido de dotar as diversas regiões das Américas de infra-estrutura e de serviços que venham a facilitar sua interação econômico-produtiva se faz oportuno e desejável.

7 - Não é, porém, apenas para a facilitação do comércio intracontinental e para o aumento da capacidade produtiva que devem orientar-se os investimentos nos países do Hemisfério: é essencial que eles se voltem, também, para a criação de mercados internos como mecanismo dinamizador do próprio processo de integração.

Criar mercados, no caso, significa incorporar à economia moderna as amplas parcelas da população da América Latina e do Caribe que ainda não participam da sociedade de consumo de massa e que, em muitos casos, vivem em situação de pobreza absoluta. Ou seja, equivale a transformar em realidade econômica o potencial de mercado representado pelas expressões demográficas do Continente (Figura 5),⁴³ combinando crescimento e integração com uma melhor distribuição social de seus resultados.

Esse esforço de desenvolvimento social deve caber fundamentalmente aos diversos países (ainda que com apoio financeiro externo), mas seria necessário estabelecer, como objetivo comum deles, o combate à pobreza e a melhoria da distribuição de renda, prioridade estratégica confiada aos Estados Nacionais no desempenho de seus papéis de compensar as disfunções distributivas do mercado.

⁴²Vem-se discutindo, nos últimos anos, a interligação ferroviária entre Santos-Paranaguá (Brasil) e a Arica-Antofagasta (Chile), bem como a ligação rodoviária Brasília-Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco (Brasil) — Puerto Maldonado-Arequipa-Molendo-Ilo — (Peru), ou, alternativamente, Rio Branco-Cruzeiro do Sul (Brasil) — Pucallpa-Lima-Callao (Peru). Cf. Escola Superior de Guerra. 1990-2000: a década vital; por um Brasil moderno e democrático. Rio de Janeiro, ESG, 1990, 3v.

⁴³O Banco Mundial estima em 70 milhões o número de pobres na América Latina e Caribe (1985) — compreendendo pessoas com PPC\$ 370 ao ano, ou menos, de renda per capita — e em 50 milhões (PPC\$ 270 anuais, ou menos, de renda per capita) os extremamente pobres (19 e 12%, respectivamente, da população). Cf. World development report, 1990, op.cit., p.29.

Na verdade, além das repercussões econômicas e do sentido social desse esforço, cabe destacar seu significado político: as democracias não costumam prosperar em meio a situação de extrema desigualdade (do mesmo modo como as liberdades não resistem ao igualitarismo extremado, utopia que sancionou, por décadas, ditaduras exercidas em nome do proletariado).

8 - A integração econômica das Américas, com efeito, seria grandemente facilitada se prevalecer, no Continente, um mínimo de estabilidade político-institucional e administrativa.

Governos nacionais legitimados pelos processos político-sociais de escolha democrática e com eles comprometidos serão certamente atores políticos mais respeitados, externa e internamente, para conduzir o processo integrativo continental.

A propósito, é de se esperar que a interação econômica crescente, o crescimento compartilhado, os avanços sociais e a modernização política componham um círculo virtuoso de desenvolvimento, reforçando-se mutuamente, a despeito dos inevitáveis desequilíbrios e descompassos — ou, até mesmo, de eventuais porém episódicos retrocessos.

9 - É nesse sentido que não se pode negar à proposta de integração econômica das Américas a sua natureza de opção indiscutivelmente ideológica.

Ela se fundamenta numa concepção da sociedade de matriz neoliberal no plano econômico, de feição reformista (e não revolucionária) no campo social, e de caráter democrático-representativo na dimensão política.

Seriam estas, com efeito, as idéias dominantes sobre a forma desejada de organização da sociedade nas Américas desde o século XVIII — ainda que, na prática historicamente vivida, nem sempre tenham prevalecido, ou sequer sido efetivamente tentadas.

Mesmo que se reconheça que a percepção desse ideal não é a mesma de norte a sul do Continente — e que os eflúvios remanescentes do positivismo ou a avalanche do marxismo, contida esta pela perplexidade atual ante seu fracasso, tenham-lhe distorcido a imagem —, parece hoje plausível prever ser essa a representação mental coletiva da sociedade desejada que se projeta, com

maior nitidez, para o futuro (mesmo que o grau de alcance dela e as formas institucionais concretas variem grandemente, no tempo e no espaço, ambos contingentes e circunstanciais).

10 - Cabe, ainda, observar que os organismos multilaterais hemisféricos e regionais, de há muito existentes — em alguns casos, pioneiramente — nas Américas, serão de indiscutível importância como espaços políticos de negociação e como instrumentos de fomento do processo de integração pan-americana. No plano continental, a OEA e o BID. No plano regional, a Adali, o Sela, o Pacto Andino, o Pacto Amazônico, o Mercado Comum da América Central, a Comunidade e Mercado Comum do Caribe. Todos esses organismos necessitam ser reciclados, ativados, rejuvenescidos, coordenados e compatibilizados, de modo a comporem um quadro institucional útil e eficaz (e não se tornarem um obstáculo) à integração, funcionando sistemicamente, com papéis e responsabilidades perfeitamente definidas. Os organismos internacionais (a ONU, através, sobretudo, da Cepal, o BIRD, o FMI) poderão também ser de grande valia.

A multilateralidade dos entendimentos e convênios não elimina, entretanto, as negociações bilaterais — inclusive como alavanca de integração, sobretudo a nível regional,⁴⁴ ou entre os países de maior porte, ao sul do Rio Grande, e os EUA. O importante é que haja nitidez e transparência nesses acordos, e que eles se orientem pelos objetivos comuns da integração, devendo, assim, ser consistentes com eles.

Há que se mencionar, finalmente, os países que, por sua dimensão e peso — e abstraída qualquer pretensão de hegemonia ou liderança — são estratégicos para o êxito do processo integrativo: os EUA, evidentemente, e o Brasil, o México, a Argentina e a Venezuela. O papel deles seria o de atuar como agentes catalisadores, a níveis continental e regional, de integração pan-americana.

⁴⁴Um bom exemplo do poder catalisador desses entendimentos bilaterais integradores é o da Argentina e do Brasil (em curso desde meados dos anos 80), que hoje já envolve o Chile e o Uruguai.

VII. CONCLUSÃO

Pode parecer a muitos que este breve estudo da integração das Américas estriba-se numa evidente contradição: na sua primeira parte — que esboça uma análise de situação —, ele enfatiza os seus evidentes obstáculos; na segunda parte, exalta o potencial integrativo continental e sugere uma agenda para a integração que abeira o entusiasmo.

Assim foi, no entanto, propositalmente, construído o argumento: na esperança de demonstrar que todo processo integrativo supranacional verdadeiramente negociado — e não imposto, à semelhança do paradigma colonial — é um caminho estreito, tortuoso, íngreme, cheio de emboscadas. É preciso, certamente, que existam ou se gerem as condições mínimas conformadoras do potencial integrativo, como referido. A pedra e a cal da integração, contudo, são produzidas pela vontade política viabilizada por estratégia que desenhe, com clareza e realismo, a seqüência de ações que, executadas, criam a possibilidade concreta do objetivo.

A dificuldade, no caso, está no fato de coexistirem várias vontades políticas soberanas cujos objetivos nacionais, embora diferentes, devem convergir. O desafio é plotar esses pontos de encontro. Eles é que vão responder ao por quê, ao para quem, ao quando e ao como, inscritos no título deste trabalho.

Sequer se insinua, por conseguinte, nesta conclusão, que as respostas àquelas perguntas foram aqui inteiramente respondidas. O mais provável é que somente a História, que se escreve depois dos fatos, vá respondê-las — acaso as Américas caminhem na direção da integração econômica, nos anos por vir.

O que se pode pretender, apenas, com este estudo, é que alguns aspectos dos problemas suscitados por aquelas questões tenham sido pelo menos iluminados, de um ângulo construtivo.

ANEXO

AS AMÉRICAS: PAÍSES, TERRITÓRIOS E DEPENDÊNCIAS E REGIÕES

1. PAÍSES (35): Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Estados Unidos, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela.

2. TERRITÓRIOS E DEPENDÊNCIAS (15): Anguilla, Antilhas Holandesas, Aruba, Bermudas, Guadalupe, Guiana Francesa, Ilhas Cayman, Ilhas Malvinas, Ilhas Turks e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Martinica, Montserrat, Porto Rico, Saint Pierre e Miquelon.

3. REGIÕES

AMÉRICA DO NORTE (4): Canadá, Estados Unidos, Bermudas, Saint Pierre e Miquelon, (México).

AMÉRICA CENTRAL E CARIBE (32):

América Central (8): Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá.

Caribe (24): Anguilla, Antígua e Barbuda, Antilhas Holandesas, Aruba, Bahamas, Barbados, (Belize), Cuba, Dominica, Granada, Guadalupe, Ilhas Cayman, Ilhas Turks e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Haiti, Jamaica, Martinica, Montserrat, Porto Rico, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago.

AMÉRICA DO SUL (14):

América Andina (5): Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela.

Sudeste da América do Sul(9):⁴⁵ Argentina, Brasil, Chile, Guiana, Guiana Francesa, Ilhas Malvinas, Paraguai, Suriname, Uruguai.

AMÉRICA LATINA (19):⁴⁶ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, (Porto Rico).

⁴⁵Cone Sul (4): Argentina, Brasil, Chile, (Paraguai), Uruguai.

⁴⁶Países de colonização e língua ibéricas (espanhola e portuguesa).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)